

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

E

RENDIMENTO ESCOLAR

FEB
200
PRETO

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

E

RENDIMENTO ESCOLAR

Diomar das Graças Motta

Tese submetida como requisito par
cial para obtenção do grau de mes
tre em Educação.

192

Rio de Janeiro

Fundação Getúlio Vargas

Instituto de Estudos Avançados em Educação

Departamento de Administração de Sistemas Educacionais

1977

0692

ÍNDICE

	p.
RELAÇÃO DAS TABELAS	v
SUMÁRIO	ix
AGRADECIMENTOS	x
1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1
1.1. <u>Introdução</u>	1
1.1.1. Origem	1
1.1.2. Função	3
1.1.3. Modalidades	3
1.1.4. Principais Agências	5
1.2. <u>Dimensões da Assistência Técnica</u>	12
1.2.1. Pedagógica	12
1.2.2. Complementaridade	14
1.2.3. Estrutural	15
1.3. <u>Assistência Técnica no Maranhão</u>	15
1.3.1. Evolução histórica da assistência recebida ..	15
1.3.2. Assistência Técnica prestada	24
1.3.3. Projeto em questão	27
2. PROCEDIMENTO	32
2.1. <u>Situação Problema</u>	32
2.2. <u>Estudos sobre o problema</u>	33
2.3. <u>Hipótese</u>	41
2.4. <u>Método</u>	42

	p.
2.4.1. Tipo da pesquisa	42
2.4.2. Formação dos grupos	43
2.4.3. População	45
2.5. <u>Instrumentos</u>	45
2.5.1. Elaboração e especificação	45
2.5.2. Aplicação dos instrumentos	48
2.5.3. Tratamento e computação dos dados	48
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	50
3.1. <u>Em relação aos Municípios de Carolina e Imperatriz</u>	50
3.1.1. Histórico	50
3.1.2. Caracterização	53
3.2. <u>Em relação às variáveis</u>	58
3.2.1. Aspectos gerais	58
3.2.2. Aspectos da vida escolar	60
3.2.3. Nível sócio-econômico	61
3.2.4. Nível de inteligência	62
3.2.5. Rendimento escolar	63
CONCLUSÕES	67
RECOMENDAÇÕES	70
TABELAS	72
ANEXOS	100
SUMMARY	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

RELAÇÃO DAS TABELAS

TABELA Nº 1

Área geográfica, população e densidade demográfica dos municípios de Carolina e Imperatriz - 1972 ...

TABELA Nº 2

Distribuição percentual das populações dos Municípios de Carolina e Imperatriz - 1974

TABELA Nº 3

Valor da produção agropecuária por classe de atividades dos Municípios de Carolina e Imperatriz-1972

TABELA Nº 4

Valor da produção da pecuária dos Municípios de Carolina e Imperatriz por principais ramos - 1972 ..

TABELA Nº 5

Valor da produção da agricultura dos Municípios de Carolina e Imperatriz por principais produtos-1972

TABELA Nº 6

Valor da produção do extrativismo vegetal dos Municípios de Carolina e Imperatriz por principais produtos - 1972

TABELA Nº 7

Número de indústrias dos Municípios de Carolina e Imperatriz por classe de atividade - 1972

TABELA Nº 8

Número de estabelecimentos comerciais dos Municípios de Carolina e Imperatriz por principais ramos de atividade - 1972

TABELA Nº 9

Número de estabelecimentos dos Municípios de Carolina e Imperatriz por principais ramos de atividade - 1972

TABELA Nº 10

Valor da receita arrecadada nos Municípios de Carolina e Imperatriz - 1971 a 1973

TABELA Nº 11

Valor da despesa nos Municípios de Carolina e Imperatriz - 1971 a 1973

TABELA Nº 12

Número de unidades escolares nos Municípios de Carolina e Imperatriz segundo dependência administrativa e localização - 1972

TABELA Nº 13

Corpo docente nos Municípios de Carolina e Imperatriz segundo dependência administrativa e localização - 1972

TABELA Nº 14

Matrícula inicial dos alunos de 1º grau da rede estadual dos Municípios de Carolina e Imperatriz - 1972

TABELA Nº 15

Índice de aprovação da 1ª à 4ª série das escolas de 1º grau da rede estadual dos Municípios de Carolina e Imperatriz - 1971 a 1973

TABELA Nº 16

Distribuição percentual dos alunos segundo sexo e idade

TABELA Nº 17

Distribuição percentual dos alunos segundo a naturalidade

TABELA Nº 18

Distribuição percentual dos alunos segundo o nível de instrução dos pais

TABELA Nº 19

Distribuição percentual dos alunos segundo o nível de ocupação profissional dos pais

TABELA Nº 20

Distribuição percentual dos alunos segundo recebimento de mesada, ocupação remunerada e tipo de utilização do salário recebido pela ocupação

TABELA Nº 21

Distribuição percentual dos alunos segundo frequência, dependência administrativa e anos de frequência

cia no Jardim de Infância

TABELA Nº 22

Distribuição percentual dos alunos segundo repetência na 1ª série

TABELA Nº 23

Distribuição percentual segundo a pretensão de conclusão do 1º grau

TABELA Nº 24

Distribuição percentual segundo motivos para continuação do 1º grau

TABELA Nº 25

Distribuição percentual dos alunos segundo benefícios recebidos pela Caixa Escolar

TABELA Nº 26

Distribuição percentual dos alunos segundo classe social a que pertencem

TABELA Nº 27

Média obtida pelos alunos segundo provas aplicadas

S U M Á R I O

Em 1974, realizou-se uma pesquisa no Estado do Maranhão, entre os alunos da 4^a série do ensino de 1º grau da rede pública estadual do Município de Imperatriz e os alunos da 4^a série do ensino de 1º grau das escolas da rede pública estadual do Município de Carolina.

O objetivo dessa pesquisa foi verificar o rendimento alcançado pelos alunos de Imperatriz, onde a rede de ensino pública estadual sofrera um processo de assistência técnica e compará-lo com o dos alunos de Carolina, o que foi feito através de provas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências e Matemática.

A população estudada apresentou o total de 132 alunos; 98 do Município de Imperatriz e 44 do Município de Carolina.

Para verificar a equivalência da população quanto a algumas variáveis reputadas de importância, foram aplicados testes de inteligência e questionários de caracterização sócio-econômica e aspectos da vida escolar dos informantes.

Uma vez comprovada essa equivalência, quanto às variáveis consideradas, tornou-se possível a comparação do rendimento escolar, observando-se então, diferença estatística entre os dois grupos.

A G R A D E C I M E N T O S

A realização deste trabalho deve-se à colaboração de diferentes entidades e pessoas. A citação de todos poderia nos levar a incorrer em omissão, motivo pelo qual destacamos algumas e, ao agradecer-lhes, estaremos agradecendo às demais.

Inicialmente, nossos agradecimentos ao então Governador do Estado do Maranhão (1972 a 1974) que, através da Secretaria de Educação, auxiliou-nos, sobretudo, na execução do trabalho.

À Fundação Getúlio Vargas, ao Instituto de Estudos Avançados em Educação, através do Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, na pessoa de Maria Julieta Costa Calazans, nossos especiais agradecimentos.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa, nossos agradecimentos, por nos auxiliar financeiramente.

Nossos agradecimentos ao Professor Paulo Roberto de Mendonça Motta pela eficiente orientação sem a qual muito pouco teríamos realizado.

Aos estabelecimentos de ensino de Imperatriz e Carolina na pessoa de seus diretores e alunos, informantes do estudo, nossos agradecimentos pela colaboração imprescindível à realização da pesquisa.

1 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1.1 - Introdução

1.1.1 - Origem

A Assistência Técnica teve origem a partir do término da segunda Guerra Mundial, quando agências especializadas começaram a se preocupar em auxiliar os países em reconstrução e, a seguir, dar ajuda às nações subdesenvolvidas, objetivando acelerar seu processo de crescimento.

Entende-se por Assistência Técnica a transferência de conhecimentos de uma instituição (da esfera pública e/ou privada) a outra e de recursos financeiros para a sua aplicação ou produção.

Dessa feita, a Assistência presume a existência de um desnível entre as partes envolvidas, implicando uma intencionalidade e um conteúdo especial. Assim a Assistência envolve a transferência de hábitos, atitudes, valores, normas e recursos de uma para outra instituição.

Nem sempre essa transferência propiciou resultados concretos aos programas de Assistência Técnica. Hagen, em relatório submetido à Fundação Brookings sobre "Pesquisas Indicadas pelos Programas de Assistência do Desenvolvimento"¹ focalizou, de modo claro, alguns obstáculos

¹HAGEN, E.E. A General Framework for Analyzing Economic and Political Change, The Brookings Institution, ago. 1961. p. 13-14.

que constituem sérias barreiras, dificultando a ação dos programas de assistência, tais como fatores étnicos, sociais e culturais bem definidos nos países menos desenvolvidos. Admite-se, no entanto, que a intenção da Assistência é provocar mudanças no sentido de minimizar a desigualdade entre as instituições — quer pela qualidade ou quantidade das atividades dos produtos ou dos resultados.

Em razão dessa intencionalidade, os programas de Assistência Técnica se desenvolvem com base em ações planejadas, executadas e controladas pelas instituições envolvidas, impedindo sua visualização apenas como transferência de técnicas, concepções ou recursos financeiros, mas cooperação entre os povos. Assim, pode-se considerar a Assistência como um processo que busca a mudança de comportamento das instituições beneficiadas, ensejando-lhes participação mais efetiva no desenvolvimento dos programas.

O enfoque acima é uma resultante do conteúdo da Assistência Técnica, que se constitui de:

- conhecimentos tecnológicos específicos, sob a forma de técnicas e concepções voltadas para a expansão e melhoria do ensino ou dirigidas para a modernização de sistemas educacionais;

- recursos financeiros que permitam viabilizar a implantação das técnicas e concepções aludidas.

1.1.2 - Função

A escassez de mão-de-obra qualificada, nas regiões subdesenvolvidas, onde é visível a deficiência de técnicos especializados nos diferentes ramos de atividade e, principalmente, no educacional, tem constituído objeto de muitos Programas de Assistência Técnica, levando alguns estudiosos a considerar esse aspecto uma de suas funções primordiais.

Dá por que a solicitação de Assistência Técnica por parte dessas regiões deve se processar, visando dois objetivos:

- colaboração na formulação dos planos educacionais e assessoramento na sua execução;
- formação de pessoal técnico para as áreas de maior carência.

1.1.3 - Modalidades

A Assistência ou Ajuda se apresenta sob diferentes modalidades, que variam de acordo com o objetivo e estrutura de cada instituição. Entretanto, as mais comuns são:

- Assistência técnica;
- Assistência financeira;

- Assistência técnica e financeira integradas.

Do ponto de vista exclusivamente técnico, a Assistência compreende os programas de:

- Concessão de bolsas de estudo;
- Estudos em universidades com duração de um ano;
- Visitas de grupos de estudantes a países mais desenvolvidos no prazo de trinta dias;
- Estágios para professores de ensino de 1º e 2º grau, a fim de observarem a estrutura organizacional, administrativa e pedagógica em instituições com projetos de inovações educacionais;
- Viagens de técnicos para realização de conferências em universidades internacionais;
- Investigações, por profissionais graduados em universidades estrangeiras que lhes permitam prosseguir estudos dentro de suas especializações;
- Treinamento profissional com vistas ao aperfeiçoamento de habilidades técnicas, a curto prazo;
- Envio de técnicos para assessoramento na execução de programas de mão-de-obra;
- Realização de projetos especiais: organizaça

ção de seminários, preparação de manuais ou programas de pesquisas;

- Criação de centros de formação profissional e de ensino técnico;
- Intercâmbio científico e cultural.

Do ponto de vista exclusivamente financeiro, a Assistência se processa por meio de empréstimos e subvenções reembolsáveis ou não, a saber:

- Preparação e produção de livros, textos e outros materiais de ensino;
- Construção e ampliação de escolas;
- Melhoria dos Centros de formação de docentes e especialistas;
- Elaboração de projetos para avaliação de recursos utilizáveis, a curto prazo.

Quando a Assistência Técnica e Financeira forem integradas, processam-se através de combinações dos aspectos relacionados.

1.1.4 - Principais Agências

O conteúdo dos programas de Assistência Téc-

nica propiciou a multiplicação de agências em vários setores de atividade humana, notadamente o da Educação.

No campo da educação, das agências destinadas a proporcionar Assistência Técnica, segundo publicações do então Ministério de Planejamento², destacam-se:

- Os Governos que não restringem cooperação a sua região, mas a extrapolam para outras regiões;

- As Organizações internacionais representadas pelas Nações Unidas e Agências Especializadas; Organismos Internacionais não governamentais;

- Os Centros Regionais, as Fundações, as Corporações, as Universidades e as Empresas Privadas, vinculadas ao COMAP.³

Entre as instituições, que prestam cooperação, destaca-se a UNESCO como organismo responsável pelo progresso e enriquecimento da ciência, educação e cultura, e também como organismo a oferecer oportunidade de participação em grandes programas de Assistência Técnica, proporcionando acesso ao acervo mundial de informações e conhecimento além de intercâmbio.

²MINIPLAN - EPEA. Caderno EPEA Nº 1 de dez. de 1965.

³COMAP - Commerce Committee for the Alliance for Progress.

A UNESCO que nasceu no fim da II Guerra Mundial, a 4 de novembro de 1946, com 20 Estados-Membros, hoje congrega 136 países⁴.

Vale ressaltar que os programas desenvolvidos pela UNESCO contam com a participação de agências, como consultoras, beneficiando-se, a seu turno, de subvenções e serviços de seus especialistas. Algumas dessas agências, não governamentais, já existiam antes da UNESCO, filiando-se a ela mais tarde e contribuindo com seu trabalho nos diferentes programas em execução.

Na tentativa de melhor integração e difusão de suas atividades, a UNESCO criou Centros Científicos e Bureaus Regionais, onde cientistas locais entram em contato com outros, de diferentes países, para condução de pesquisas, de acordo com as necessidades da região, e oportunidade de contactar com a ciência mundial, graças às informações divulgadas por aquele organismo.

As modalidades de Assistência Técnica prestadas pela UNESCO têm, em parte, o seguinte esquema:

- intercâmbio de especialistas;
- estudantes de pós-graduação trabalhando em países mais desenvolvidos;

⁴UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.

- especialistas para orientar projetos nos países subdesenvolvidos;

- exposições em grandes centros para artistas de diferentes regiões;

- visitas e conferências de personalidades eminentes.

Em matéria de educação, uma das tarefas da UNESCO foi promover a alfabetização funcional. Esta, além de propiciar subsídios que permitissem ler, escrever e contar a grande massa de analfabetos, compreendia noções de higiene, métodos racionais de agricultura e de preservação do meio ambiente, possibilitando, num primeiro estágio, o mínimo de progresso intelectual e físico às populações dos países assistidos.

O desenvolvimento desses programas de alfabetização funcional ensejou a criação de projetos separados, isto é, de área da saúde, de educação geral, de ciência do controle populacional, do intercâmbio de pessoas e da conservação da natureza, todos coordenados pelo Departamento de Assistência Técnica das Nações Unidas⁵.

Nos programas de Assistência Técnica, a UNESCO dá prioridade aos países subdesenvolvidos e aos que estão preparando e colocando em execução reformas educacionais,

⁵O Correio da UNESCO. Rio de Janeiro, ano 4, nº 5 - maio de 1976, pág. 4.

objetivando a melhoria da educação dos grupos pouco favorecidos social e economicamente.

Com vistas à função primordial da Assistência Técnica — qualificação de mão-de-obra — a UNESCO tem se preocupado com a crise existente no campo educacional, enfatizando programas de habilitação e especialização de docentes, não só através de intercâmbio entre os Estados-Membros como estabelecendo princípios que orientem a formação de educadores.

Apesar do tempo em que a UNESCO vem desenvolvendo suas atividades de Assistência Técnica, algumas se acham bastante ampliadas, enquanto outras se encontram redefinidas em termos pouco diferentes.

No Brasil, as agências de Assistência Técnica começaram a surgir a partir das últimas décadas. Esta atividade, no campo da educação, tem assumido concepção acentuadamente normativa, expressa no § 1º do art 177 da Constituição Federal.

O Ministério da Educação e Cultura é responsável, em grande parte, pela Assistência Técnica no campo da educação, iniciada por um dos seus órgãos, o INEP.

O INEP foi criado pela Lei nº 378 de 13.01.1937. Anteriormente, houvera uma tentativa, em 1936, quando o Ministro Gustavo Capanema reorganizou o Ministério da Educação. Criado, inicialmente, com a denominação de Instituto

Nacional de Pedagogia, pelo Decreto Lei nº 580, de 30.06. 1938, foi organizado e teve seu nome alterado para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos sendo hoje Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. São de sua competência:

- organizar a documentação vigente sobre as doutrinas e técnicas pedagógicas e divulgá-las para as instituições e pessoas vinculadas à área educacional;

- promover inquéritos e pesquisas sobre assuntos educacionais e divulgação das mesmas aos órgãos competentes;

- prestar assistência técnica aos serviços educacionais (estaduais, municipais e particulares) através de esclarecimento sobre os problemas educacionais;

- manter intercâmbio com instituições educacionais no país e no exterior.

Apesar dessas competências, o atendimento do INEP não é satisfatório, em face da escassez de pessoal. Nem a médio prazo contará com um grupo de técnicos suficiente para atender às solicitações de instituições no campo da pesquisa e assistência técnica.

Ao lado da escassez de pessoal, o órgão não vinha contando com uma estrutura organizacional capaz de atender as suas necessidades. Para tanto, o Setor Educação

do Centro Nacional de Recursos Humanos elaborou um elenco de subsídios a fim de dinamizá-lo, através da Formulação de uma nova Política e Programação⁶.

Foi proposto também a reestruturação do INEP, resultando um organograma com três coordenações, subordinadas à Direção Executiva, a saber: Coordenação de Planejamento, de Assistência Técnica e de Documentação e Informação⁷.

Quatro grupos comporiam a Coordenação de Assistência Técnica: Recursos Humanos, Articulação, Capacitação e Formação e Assistência Técnica.

Um dos objetivos da Coordenação de Assistência Técnica é o estreito relacionamento com os serviços do MEC para as atividades de Assistência Técnica.

Com essa nova perspectiva acredita-se que o INEP venha, de fato, exercer suas atividades, notadamente as de Assistência Técnica, de forma mais efetiva, envolvendo outras agências e contribuindo para o desenvolvimento da educação no País.

⁶CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS -Setor Educação. Sistema Nacional de Pesquisas Educacionais. Subsídios para Formulação de Política e Programação, abr, 1976.

⁷INFORME TÉCNICO Nº 29. Bases Operativas para a Redefinição do INEP. Francisco J. Carrilho - Montesinos e Maria Salete Machado Coelho, maio, 1976, p. 20.

1.2 - Dimensões da Assistência Técnica

Os resultados evidenciados nos Sistemas Educacionais é que caracterizam a dimensão da Assistência Técnica recebida. Conforme os seus efeitos estas dimensões podem ser compreendidas sob três aspectos.

1.2.1 - Pedagógica

Essa dimensão envolve aspectos pedagógicos, mais precisamente, os do processo ensino-aprendizagem de forma mais constante e sistemática.

A Assistência, vista por essa ótica, necessariamente terá que ser integrada ao planejamento como atividade regular da instituição beneficiada, uma vez que o processo pedagógico não ocorre apenas na relação professor-aluno, mas deve ser reconhecido também, nas relações entre as instituições e até entre as esferas governamentais assistidas.

No Brasil, esse aspecto é evidenciado, sobretudo, no Art. 57 da Lei nº 5692 de 11.08.1971, ao se reportar à competência da União como prestadora de Assistência aos Estados e ao Distrito Federal.

A Assistência Técnica, encarada sob esta di-

menção, necessita ser explícita, com objetivos claros e bem formulados, capaz de envolver todos os educadores, com o propósito de assegurar maior participação na consecução dos objetivos da Educação Nacional.

O MEC, cômico da necessidade dessa Assistên-
cia, elabora sua programação em conformidade com legisla-
ção aplicável à matéria, de forma sistemática e em conso-
nância com a política nacional de educação. Daí a razão pe-
la qual os Estados da Federação deverão delimitar a Assis-
tência Técnica recebida, numa realimentação constante que
assegure a efetividade do programa.

Esse resultado, para ser alcançado, exige um conhecimento prévio da realidade a ser assistida, para que o instrumental a ser transferido e o conteúdo transmitido atendam às peculiaridades locais. Por outro lado, torna-se imprescindível que a transferência desse instrumental seja encarado como um objeto de uso e não encerrando um valor em si, o que pode gerar sua inadequação e descrédito pelos usuários. Cabe também a transmissão de um método de pensamento que facilite a operacionalidade do instrumental a nível local.

Assim, a dimensão pedagógica pode ser observada sob dois enfoques:

- Enfoque institucional, que envolve a soma de esforços entre as instituições assistidas, no sentido de um maior equilíbrio e o esforço na conquista de um posi

cionamento menos desigual, considerando as peculiaridades e a disponibilidade para uma análise crítica e avaliativa do instrumental transmitido;

- Enfoque pedagógico, propriamente dito, que resulta da necessidade de participação mais efetiva dos as sistidos, acompanhados de um razoável e sistemático conhecimento de suas realidades.

1.2.2 - Complementaridade

A dimensão de complementaridade é traduzida pela Assistência Financeira, exclusivamente. De âmbito mais reduzido, proporciona financiamento para despesas de capital e custeio da infra-estrutura escolar; despesas para as sistência aos educandos e tarefas de apoio técnico e administrativo.

Nessa dimensão é, também, imprescindível sua realização em estrita conexão com os preceitos legais que regem a política financeira.

Também o MEC tem se preocupado com essa ques tão, estabelecendo a aplicação de recursos para despesa de capital em termos prioritários e de implantação gradativa de programas e projetos de recursos para despesa de cus teio.

As instituições assistidas aceitam mais fa-

cilmente, quando essa Assistência Financeira dá ênfase à despesa de capital, que possibilitem o aumento de sala de aula, constituindo problema quando os recursos objetivam melhoria do trabalho escolar, de modo mais técnico, por profissionais mais qualificados.

1.2.3 - Estrutural

A Assistência Técnica, em qualquer modalidade, implica em efeitos expressivos na estrutura e nos padrões da organização administrativa assistida.

Essas implicações acarretam dificuldades e bloqueios de repercussão nem sempre fáceis de serem compreendidos. Em consequência, torna-se necessário apoio à mudança que se objetiva com a Assistência Técnica, através de compreensão do programa e políticas favoráveis à sua execução.

1.3 - Assistência Técnica no Maranhão

1.3.1 - Evolução Histórica da Assistência Recebida

É difícil precisar a data do início da Assistência Técnica recebida pelo Estado do Maranhão no setor de educação. Sabe-se que o Ministério da Educação e Cultu-

ra, através do INEP, foi a primeira instituição a prestar serviços neste sentido, em fins da década de 50, nas seguintes modalidades:

1 - construção e equipamento de uma escola de Artes Industriais, na Capital;

2 - construção de escolas isoladas, escolas agrupadas, escolas integradas na zona rural e grupos escolares nas zonas urbanas;

3 - distribuição de material escolar e didático.

Nos primeiros anos da década de 60, o tipo de assistência prestada pelo MEC ao Estado deixou de se preocupar com a parte física do ensino para se preocupar com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem através de:

- cursos de Formação de Professores Supervisores;

- equipamento e instalação de Centros de Supervisão;

- bolsas de estudo para docentes, a fim de participar de cursos fora do Estado;

- envio de equipe do PATE⁸, para prestar Assistência Técnica à Secretaria de Educação.

Com o Plano Nacional de Educação, a Assistência Técnica-Financeira tinha como finalidade aumentar o atendimento da população escolar de 7 a 11 anos, através de:

- construção e adaptação de prédios escolares;

- treinamento e aperfeiçoamento de docentes e especialistas em educação;

- aquisição de material didático;

- remuneração de pessoal docente.

Com o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário - PAMP, a Assistência Técnica visava:

- suplementação salarial de especialistas em educação (supervisor de ensino);

⁸PATE - Programa de Assistência Técnica em Educação que teve sua origem no ano de 1963, quando a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo a ele destinou parcela das verbas concedidas pelo Governo, segundo o "Programa de Emergência do MEC". O planejamento e a execução do Programa estiveram afetos ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" e a própria Secretaria.

O objetivo principal foi o de transferir para os Estados do Norte e Nordeste um grupo de professores paulistas que colaborassem com as autoridades estaduais em trabalhos de aperfeiçoamento do magistério primário, principalmente de professores leigos.

- treinamento e habilitação de professores leigos.

Ainda na década de 60, a Secretaria de Educação, recebeu a primeira assistência técnica internacional, por intermédio do Convênio SUDENE/MEC/USAID, dentro das modalidades:

- construção de prédios escolares;
- equipamento para Centros de Supervisão e escolas do então curso primário;
- treinamento para especialistas em educação (administradores escolares);
- montagem de assessorias técnicas;
- elaboração de diagnóstico e prognóstico educacionais;
- construção, equipamento e manutenção de um Centro de Treinamento no Interior do Estado.

Devido à inexistência, na então estrutura da Secretaria, de um órgão de planejamento ou outro responsável por atividades de programação e orçamentação, foi criada uma Comissão Executiva do Plano Educacional do Maranhão - CEPLEMA.

As atividades pertencentes à CEPLEMA não se restringiram apenas à parte contábil. Envolviam elaboração de planos, acompanhamento e avaliação das atividades do Convênio SUDENE/MEC/USAID.

Os resultados obtidos através da sua atuação propiciaram:

- melhor conhecimento dos problemas educacionais, de forma estruturada e sistematizada, para consequente tomada de decisões;
- o início das atividades de planejamento educacional no Estado;
- maior qualificação do trabalho escolar, através de uma assistência mais efetiva.

Ainda com recursos internacionais, o Estado contou com um convênio para distribuição de livros didáticos e técnicos em todas as escolas das redes pública e privada. A execução do programa, a cargo da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (MEC), resultou de recursos do Convênio USAID/MEC.

Culminando os convênios internacionais, a SUDENE, juntamente com o Departamento de Ensino Fundamental do MEC, se preocupou com o sistema de planejamento das Secretarias de Educação. Para tal, mais uma vez foi prestada Assistência Técnica-Financeira de organismo internacional, precisamente a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID/BRASIL - Programa SUBIM-MEC).

Este programa propôs a criação e dinamização de Assessorias de Planejamento Educacional para as Secretarias, e iniciou suas atividades envolvendo o Conselho Esta

dual de Educação, como responsável pela tarefa de planejamento, dando-lhe a coordenação do Grupo de Trabalho, então constituído, para a montagem do projeto de estruturação dos órgãos propostos.

Embora efetivado o órgão de planejamento nas Secretarias, nenhuma ênfase foi dada quanto à avaliação sistemática das Assistências recebidas, posto que as atividades das Assessorias se restringiam à elaboração de planos de aplicação, seguindo rigorosamente as Sistemáticas Operacionais impostas pelos órgãos emissores de Assistência Técnica.

Com vistas a este quadro dois Ex-Secretários de Educação, que participaram de Programas de Assistência Técnica, em suas gestões, se pronunciaram.

Segundo o Coronel José Sales de Andrade Souza — Secretário de Educação e Cultura no período de 66/67, os Programas de Assistência Técnica no Estado do Maranhão pouco resultado ofereceram ao processo ensino-aprendizagem, apontando como motivo:

1 - Quanto à educação:

- inexistência de diagnóstico educacional;
- ausência de sistematização e precariedade de levantamentos estatísticos;
- deficiência de infra-estrutura da zona

rural, dificultando o alojamento de docentes e supervisores de ensino;

- dificuldade de acesso aos municípios e carência de meios de comunicação, o que ocasionava a existência, à época, de professores que não recebiam qualquer correspondência da Secretaria há mais de 20 anos;

- pouca participação da família no trabalho escolar, tornando-se o poder público o único responsável pela educação;

- excessiva centralização das atividades administrativas e educacionais pela Secretaria;

- defasado sistema de avaliação que contribuía, em grande parte, para a retenção do aluno nos ensinos primário e médio.

2 - Quanto à Assistência Técnica:

- pouca objetividade e funcionalidade dos programas;

- onerosos encargos financeiros para um Estado de baixa renda, como o Maranhão, exigidos pelos programas com financiamento internacional;

- distribuição de recursos dos programas nacionais, através de indicadores favoráveis às Unidades da Federação de maior expressão econômica.

Além desses problemas, admitiu que a grande

preocupação dos problemas de Assistência Técnica Educacional era preparar o técnico para atividades técnicas distanciadas da realidade maranhense, uma vez que não eram conhecidas as peculiaridades locais e consideradas as necessidades da comunidade.

O professor José Maria Cabral Marques — Secretário de Educação e Cultura no período de 67/70 ofereceu, também, a sua contribuição ao nosso estudo, numa rápida análise da Assistência Técnica recebida durante a sua gestão, com as seguintes colocações:

A programação de Assistência Técnica das instituições promotoras foi feita independentemente da programação das instituições assistidas. Obedeceu a outros critérios e às finalidades programáticas das instituições. Daí o fato de, muitas vezes, essa Assistência Técnica ser prestada sem atender aos critérios de prioridade no tempo oportuno e do tipo desejado pela instituição beneficiada.

Os programas de Assistência Técnica das diversas instituições prestadoras não tiveram uma única coordenação a nível nacional ou regional pelo MEC ou pelos órgãos encarregados de desenvolvimento regional (SUDENE e SUDAM). Por isso, nem tudo resultou em compatibilização, integração de atividades, soma de esforços e acumulação de resultados.

Em balanço geral, os resultados, apresentados por esses programas, foram válidos, embora nem sempre cor-

respondessem às necessidades mais urgentes.

"Se retomasse à Pasta de Educação, a minha primeira providência, em relação aos programas de Assistência Técnica, seria a formação de um grupo de trabalho, com as finalidades:

a) estudar e analisar o que foi executado em função dos programas;

b) estudar e analisar o que não foi executado em função dos programas;

c) estudar e analisar o que deveria ser executado em função das necessidades do órgão beneficiado;

d) elaborar planos, programas e projetos de Assistência Técnica a serem negociadas com as instituições prestadoras e/ou patrocinadoras.

Uma vez tomadas estas medidas aceitaríamos os programas desde que compatíveis com as nossas prioridades".

Estes depoimentos evidenciam alguns problemas muito comuns aos Programas de Assistência Técnica e outros decorrentes das peculiaridades locais. Vale ressaltar que este quadro já sofreu alguma modificação pois, muita coisa nessa direção já começa a ser efetivada no sentido de melhorar o desenvolvimento do sistema educacional do Estado.

1.3.2 - Assistência Técnica Prestada

A institucionalização da Assistência Técnica no Maranhão prestada pela Secretaria de Educação iniciou com o Fundo Estadual de Ensino Primário, criado através da Lei nº 2.071 de 29/12/1960, posteriormente modificado para Fundo Estadual de Educação pela Lei nº 2.557 de 24/02/1965. Em ambos os textos competia àquele órgão concorrer para a ampliação, o aperfeiçoamento, a difusão e a acessibilidade do sistema de ensino dos graus primário e médio em todo o Estado.

Os recursos do Fundo Estadual de Educação eram provenientes de dividendos das ações pertencentes e que viessem a pertencer ao Estado, das seguintes instituições:

- Rede Ferroviária Federal S/A;
- Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS);
- Banco do Estado do Maranhão S/A;
- Bancos ou Cooperativas pertencentes ao Es-

tado.

Paralelo aos dividendos das ações, contava o F.E.E. com recursos oriundos de:

- produto da arrecadação de toda a Dívida Ativa do Estado, dos exercícios anteriores a 1960;
- juros bancários de depósitos de dinheiros

do Estado, não vinculados por qualquer título;

- renda proveniente dos tributos estaduais que para esse fim viessem a ser criados;

- dotação orçamentária;

- auxílios do Governo da União;

- juros de depósitos bancários do mesmo Fundo.

Do montante arrecadado, aplicava-se parte para manutenção da rede escolar estadual e parte para entidades municipais e privadas, visando promover a difusão e aperfeiçoamento do ensino, inclusive melhoria do aparelhamento escolar.

Para execução deste programa, que era mais de Assistência Financeira, os municípios e as entidades privadas beneficiadas apresentavam solicitação acompanhada de plano de aplicação que era submetida à apreciação do Conselho Administrativo do F.E.E. e aprovação do Governador do Estado.

Vale ressaltar que, após a promulgação da Lei nº 4.024/61 no Art. 93, a aprovação de planos passou a ser da competência dos Conselhos Estaduais de Educação verificando-se, durante um largo espaço de tempo, a existência de dois colegiados com a mesma finalidade.

Do produto dessa Assistência pouco se sabe,

uma vez que o F.E.E. se preocupava com a apresentação da documentação comprobatória dos recursos em tempo hábil, acreditando-se, dessa forma, uma colaboração pouco expressiva ao sistema educacional do Estado.

Convém frisar que parte dos recursos dessa Assistência era destinada à manutenção do ensino das instituições beneficiadas, principalmente na área privada.

A assistência à rede municipal era para construção e equipamento e a manutenção era feita com a disposição de docentes da rede estadual, sem exigência de contrapartida de qualquer natureza ou mesmo um acompanhamento do trabalho escolar, quer do ponto de vista da qualidade como da quantidade de alunos beneficiados.

Isso concorreu, mais tarde, para uma redução no limite dessa Assistência em virtude de abusos verificados em algumas instituições. Com isto, o Fundo passou a adotar critérios mais rígidos, isto é, acompanhamento por parte dos inspetores, no que dizia respeito à construção, aquisição de material e qualificação do trabalho docente e esta através da participação em treinamentos oferecidos pela Secretaria de Educação.

Embora com novo tratamento, mais do ponto de vista da administração dos recursos que educacional, a Assistência Técnica prestada, durante essa fase, jamais foi encarada como um elemento constitutivo do planejamento educacional. O seu período de duração nas instituições varia-

va, algumas, em um ano e outras, até cinco anos consecutivos ou alternadamente. Determinadas regiões foram bastante privilegiadas em detrimento de outras e nem sempre as mais assistidas eram as mais carentes.

A partir da década de 70, com restrição de recursos do Fundo, devido à nova política econômica do Estado, o programa de Assistência Técnica, sofreu nova orientação:

- Primeiramente, passou a constar do Plano de Educação do Estado, embora com a mesma finalidade (ajuda à construção, manutenção de classe e equipamento), mas com uma divisão mais criteriosa com prioridade à instituições com carência comprovada e municípios onde não estivesse em execução qualquer projeto com outros recursos.

- Atualmente, as atividades de Assistência Técnica se restringem à distribuição de bolsas de estudo para alunos de 1º grau, que não obtiveram matrícula na rede oficial e de baixo nível sócio-econômico.

1.3.3 - Projeto em questão

Além dos programas com recursos do Fundo Estadual, o Estado, a partir da década de 70, se preocupou com a Assistência Técnica prestada, dando-lhe sistematização e integrando-a na programação das atividades educacionais.

Assim é que no plano de ação do Governo do Estado, no período de 71/74, o Sub-programa Reforma e Integração do Sistema Educacional do Estado incluía o Projeto de Institucionalização das atividades de Assistência Técnico-Educacional às Prefeituras Municipais. Esse projeto visava:

- a) integrar o sistema educativo;
- b) suprir deficiências da rede de ensino oficial nos municípios;
- c) melhorar a qualidade de ensino, visando à obtenção de maiores benefícios sociais.

A execução do Projeto foi caracterizada por três atividades básicas:

1 - Implantação da Secretaria Municipal de Educação (constou de: elaboração, discussão e aprovação do Projeto de Lei: treinamento de pessoal nas tarefas administrativas e montagem da infra-estrutura administrativa, com a respectiva determinação de rotinas, organização de fichários, cadastros, etc).

2 - Supervisão (atividade dedicada ao ensino, propriamente dito, compreendendo: treinamento periódico do professor e acompanhamento das atividades de classe durante o ano letivo).

3 - Diagnóstico Educacional dos Municípios (estudo e projeção de população escolar, matrícula, rede física e pessoal docente).

A experiência-piloto do Projeto foi localizada no Sudoeste do Maranhão, na Micro-Região 10, que compreende os Municípios de Amarante do Maranhão, Imperatriz, João Lisboa, Porto Franco e Montes Altos⁹.

Como o Estado do Maranhão, em seu território, apresenta características da região amazônica e da região nordeste, a escolha da Micro-Região deveu-se, em parte, à instituição financiadora do Projeto.

A experiência-piloto do Projeto teve o apoio técnico-financeiro da SUDENE/DRH, através do Programa de Assistência Financeira às Secretarias de Educação do Nordeste, com um quantitativo de Cr\$ 61.675,00; do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com Cr\$... 41.080,00 e do Salário Educação - Quota Estadual com recursos na ordem de Cr\$ 22.870,00.

O município sede do Projeto foi Imperatriz escolhido por sua importância em termos de produção agropecuária, comercialização, tributação e crescimento demográfico, intensificado nos últimos anos, propiciado pela construção da rodovia Belém-Brasília.¹⁰

⁹ LEAL, Mário de Aguiar Pires. Novo Zoneamento do Estado do Maranhão, SUDEMA, São Luís, 1972, p. 7.

¹⁰ IPEI. Informações básicas sobre o Município de Imperatriz, São Luís, 1973, p. 2.

Outros fatores que favoreceram essa escolha foram: pertencer ao PAC (Plano de Ação Concentrada) e ser considerado polo de desenvolvimento do Estado. O PAC foi um plano voltado para alguns municípios do Estado com maior expressividade de produção no setor agropecuário. Objetivava à integração dos investimentos infra-estruturais, através de medidas com efeito a curto prazo.

Das atividades básicas do Projeto, conforme relatório e testemunho, quando da visita ao Município para este estudo foram efetivadas:

- Implantação da Secretaria Municipal de Educação mas com infra-estrutura administrativa bastante precária, não só pela qualidade dos servidores, como dos serviços prestados, na sua maioria revestidos de improvisação, sem obedecer a qualquer sistematização.

- Diagnóstico Educacional — houve apenas levantamento de alguns dados, que não chegaram a ser trabalhados e o diagnóstico concluído.

- Supervisão de todas as atividades foi a única que teve maior efetividade. Vários cursos de treinamento foram realizados. Entretanto, estes não foram precedidos de qualquer estudo ou levantamento que justificasse a sua realização ou os objetivos a que se propunham. Desse modo, o Projeto criava os mesmos problemas que a Secretaria de Educação do Estado enfrentava com a Assistência Técnica recebida.

A participação da comunidade escolar de Impe_ratriz foi passiva, pois os recursos destinados ao Projeto eram controlados pela Secretaria de Educação do Estado, a_sim como a coordenação dos treinamentos não permitia o envolvimento do pessoal local.

2 - P R O C E D I M E N T O

2.1 - Situação Problema

O conhecimento da realidade do processo ensino-aprendizagem por parte daqueles que nela atuam, de uma ou de outra maneira, é de maior necessidade para que sejam introduzidas modificações e/ou melhorias relevantes em benefício da clientela educacional, bem como dos agentes desse processo.

O interesse principal em recolher informações sobre o aprendizado do aluno é o de encontrar os melhores meios de alcançar os objetivos do sistema de ensino, ao invés de responsabilizar somente aqueles que não conseguem alcançá-los.

Considerando-se a implantação do Projeto de Assistência Técnico-Educacional no Estado do Maranhão e, levando em conta, ainda, que este objetivava melhorar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem, houve omissão acerca do rendimento dos alunos, apesar do controle e avaliação permanentes.

Com a finalidade de recolher informações sobre este aspecto, eis por que, em 1974, realizou-se a presente pesquisa a fim de verificar o rendimento escolar alcançado pelos alunos de Imperatriz envolvidos na experiência do Projeto de Assistência Técnica.

2.2 - Estudos sobre o problema

Analisando-se o problema do rendimento escolar verificou-se que ele é tão antigo quanto a própria escola e é um resultado natural que ocorre, inevitavelmente, em todo o processo de ensino-aprendizagem, desde o 1º Grau até a Universidade. É evidente que para o seu alcance se estabeleçam formas expressas ou tácitas, objetivas ou subjetivas, traduzidas em menções ou sob o ponto de vista numérico.

Considerando-se os últimos trinta anos sobre os quais se dispõe de inúmeras publicações que tratam do rendimento escolar, observou-se que elas vêm possibilitando perspectivas, cada vez maiores, de estudos e investigações sobre o problema, em todos os níveis de ensino. Também, através desses estudos e investigações observou-se que há uma preocupação em estabelecer áreas de ação específicas, responsáveis, em parte, pela improdutividade do escolar ou determinantes de fatores que, isolados ou combinados, atuam no rendimento escolar.

Segundo se deduz, a interpretação dada ao rendimento escolar mostrou que as formas de consecução, assim como as de expressão do rendimento escolar, têm variado ao longo do tempo pela influência de fatores nem sempre controláveis no processo ensino-aprendizagem.

Just, (1934) analisou o problema sob o ponto

de vista da biologia hereditária e da teoria ambiental e encarou o rendimento escolar como uma "manifestação de certa disposição intelectual, de caráter e corporal, que resulta de determinadas condições da evolução"¹¹.

Tradicionalmente, não se concebia o rendimento escolar como um processo permanente que possibilitasse a comparação, diagnóstico e prognóstico do trabalho escolar.

Sob este aspecto, ainda Just (1939) contribui com um estudo, em que define, operacionalmente, o rendimento escolar como "resultado de um experimento continuado, o qual se estende durante muito tempo através de um controle permanente"¹². Para tanto, é indispensável a existência de regras na verificação do rendimento escolar. Estas regras podem ser tomadas como as escalas de avaliação e evolução que se sucederam em psicologia e pedagogia na segunda década deste século.

Neste aspecto, Klaus Hasemann (1968) desenvolveu seu trabalho sobre os problemas psicológicos da avaliação do rendimento escolar, destacando como obstáculos as diferenças individuais, as diferentes pretensões dos professores, seus conceitos sobre a escola e o ensino e a

¹¹ JUST, G. Biopsicologia del rendimiento. Revista de Psicología Geral y Aplicada, Madrid, 26 (108/9) : 3 - 27, ene/abr, 1971. p. 7.

¹² Ibid, p. 15.

relação professor-aluno. Seu estudo se centrou nos aspectos quantitativos do rendimento escolar, ou sejam, as notas e escalas de notas utilizadas para medir o trabalho dos alunos.

Maria Jesus Benedet (1968), ao contrário de Hasemann, estudou os aspectos qualitativos do processo intelectual dos alunos normais e superdotados que fracasam na escola. Usou como principal instrumento a escala de WISC (Escala de inteligência de Wechsler para crianças), devido permitir estudar tanto o comportamento da criança em situações de tipo escolar ou intelectual como em situações extra-escolares. Na análise de seus resultados, as crianças da amostra apresentaram certo grau de inadaptação afetiva, o que deduziu como principal causa do fracasso escolar. Considerou, também, as provas da escala de WISC vulneráveis à inadaptação afetiva por estarem mais relacionadas com as experiências extra-escolares de cada criança do que com a aprendizagem escolar.

Embora a preocupação de Benedet fosse o processo intelectual dos alunos, o que ele consegue analisar, satisfatoriamente, no decorrer do seu estudo, e constitui sua maior contribuição, na nossa opinião, é quando responsabiliza a inadaptação afetiva, fator alheio à inteligência, como principal causa do fracasso escolar das crianças que estudou. Essa descoberta justifica as incessantes buscas de outros fatores que interferem no rendimento escolar.

Os fatores que têm sido pesquisados, são de duas categorias: intrínsecos ao aluno e extrínsecos a ele.

Fatores intrínsecos, aqui classificados, dizem respeito ao comportamento bio-psíquico do aluno.

Com relação a este aspecto, tem-se observado que há uma preferência, no campo da pesquisa, por estudiosos estrangeiros, notadamente os americanos.

Segundo Ahammer & Schaie as diferenças de idade e os fatores da personalidade implicam um maior ou menor rendimento escolar, conforme estudo realizado entre crianças de escolas públicas e privadas da zona urbana de uma região industrial. Simultâneo a esse trabalho, Egeland & Mário Dinello e Barton estudaram a personalidade e o coeficiente de intelectualidade como prognóstico para o rendimento escolar, demonstrando que estes fatores, também, podem ser considerados responsáveis pelo fracasso do escolar.

Em respeito à contribuição de fatores da personalidade no rendimento escolar, esses trabalhos provam que dimensões diferentes da personalidade predizem a diferença do rendimento nos diversos níveis de idade.

Na linha dos estudos realizados, no início da década de 70, Mathieu e Masser enfatizaram a influência de outros fatores intrínsecos do aluno sobre o rendimento escolar com a publicação dos resultados de duas pesquisas intituladas:

- efeitos da ansiedade sobre a performance intelectual de escolares;

- reflexão, impulsividade, estabilidade e fracasso escolar.

Os fatores extrínsecos são os concernentes à vida social e familiar da criança. Destes fatores o mais estudado é o sócio-econômico, principalmente em nosso meio, haja vista a incidência de publicações.

"As diferentes classes sociais têm distintas probabilidades de permanência do sistema educativo fazendo-se que, a níveis mais elevados, seja mais reduzida a participação das classes mais baixas"¹³.

Com relação a esta afirmação, Miller (1970) contribuiu com um estudo que apresentava como fator influente no rendimento escolar, a classe social a que pertence o escolar.

Ainda sob este aspecto destacam-se os estudos realizados por:

. Arroio Del Castillo (1969) que em seus trabalhos deu ênfase à valorização do rendimento escolar num estudo do meio ambiente. Essa valorização engloba um com-

¹³WILLANDINO, Gildo. Contribuições aos estudos sobre rendimento escolar no ensino de 1º Grau. Brasília, DEF - Codoplan, 1977, p. 26.

plexo de fatores que refletem estilo de vida, sistema de valores e variáveis de interação, que exercem grande influência em muitos aspectos do desenvolvimento mental.

. Leith & Davis (1969) estudando a influência social como um reforço do rendimento, enfatiza que o principal papel deste fator é identificar as condições sob as quais o rendimento pode ser verificado com sucesso. Ao contrário do estudo anterior, fornece indicadores para professores os quais, mantendo apenas um contato formal, possam se ocupar desses aspectos, através de sua função observadora.

. A proporção que as pesquisas se multiplicavam sobre o estudo da influência dos fatores extrínsecos no rendimento escolar Finlayson, Miller, Rohwer, Lenhar & Monteiro, Cauduro (1970) se preocupavam explícita e implicitamente com:

- aspirações dos pais e o rendimento educacional da criança;
- raça e sucesso escolar;
- classe social e rendimento escolar;
- fator sócio-econômico determinante do rendimento escolar.

Resta ainda mencionar, como fonte de contri-

buição, o trabalho de Poppovic no qual procura mostrar a grande correlação existente entre o nível sócio-econômico e o fracasso e/ou evasão escolar. Segundo ela, os fatores ambientais decorrentes do baixo nível sócio-econômico, são responsáveis pelos padrões de pobreza cultural que incidem nas deficiências e/ou fracassos escolares. Para ela, a alta incidência de baixo rendimento é muito maior em crianças filhos de pobres (a quem chama de marginalizados culturais), que tentam perpetuar nos filhos sua própria condição, em consequência dos fatores ambientais decorrentes de sua formação cultural.

Em decorrência desses fatores, a ação pedagógica da escola vem se tornando mais complexa, procurando sanar ou minorar os inconvenientes que interferem na sua eficácia.

Para tanto, muitos serviços têm sido implantados, como orientação, supervisão e aconselhamento.

Apesar disso e sob a forma tradicional de análise do comportamento humano, a escola, do ponto de vista pedagógico, enfrenta, basicamente, problemas de ordem intelectual, emocional e social.

Como, em parte, uma das funções da escola é coordenar e adaptar estes problemas a uma escala objetiva de valores, há instituições escolares que cuidam deles respectivamente, através dos serviços de Orientação de Ensino e Orientação Educacional.

Na prática, a Orientação de Ensino exerce sua ação sobre o professor e a Orientação Educacional se envolve com os aspectos comportamentais do aluno, em seu sentido mais amplo.

Danny Alves (1968), pesquisando acerca da Orientação Educativa e o controle do rendimento escolar, encontrou significativa correlação entre os graus representativos do rendimento escolar e o referido rendimento. Afirmou que a "Orientação Educativa, além de se preocupar com o seu objetivo precípua, que é oferecer recursos para preparar o aluno para aprender melhor, ressalta, com clareza, a artificialidade dos critérios de apreciação do rendimento dos grupos e dos indivíduos em função de um nível geral e abstrato" ¹⁴. Por outro lado, apontou a necessidade de utilização de índices diversificados, através de análises das possibilidades reais de rendimentos dos diversos grupos segundo suas características próprias.

A Orientação Educacional tem papel destacado de atuação e deverá constituir-se, segundo Relatório do C E O E:

"num processo científico e contínuo, atuando junto ao educando em todos os graus e modalidades de ensino, de forma integrada com os elementos responsáveis pela sua formação, vi

¹⁴ ALVES, Danny José. A Orientação Educativa e o controle do rendimento escolar. Curriculum. Rio de Janeiro, 15, set, 1968. p. 30.

sando a atender os objetivos da educação"¹⁵.

Esta atividade propicia ao aluno um reforço na superação de dificuldades na atividade de estudo o que, conseqüentemente, influenciará nos resultados do aproveitamento escolar.

Assim, as possíveis causas, fatores e conseqüências do rendimento escolar acham-se inteiramente relacionados com o sucesso ou insucesso do ensino, influenciando sobre o educando, seu comportamento bio-psíquico, ambiente familiar e a estrutura da sociedade.

Em meio a toda essa abordagem, impõe-se, como necessidade, a efetivação de estudos mais aprofundados de outros fatores determinantes e influentes sobre o rendimento do escolar a fim de que possa ser assegurada maior produtividade no processo ensino-aprendizagem.

2.3 - Hipótese

Após estudo teórico do problema, pretende-se verificar a seguinte relação:

- Rendimento escolar = f (nível sócio-econômico, nível de inteligência, vida escolar e assistência técnica).

¹⁵MEC/DEM/COPEL - Relatório do I Círculo de Estudos de Orientação Educacional.

Admitindo-se que:

a = nível sócio-econômico (diz respeito à condição social e econômica do aluno).

b = nível de inteligência (isto é, o coeficiente intelectual, conforme testes estandarizados) e

c = vida escolar (alguns aspectos do comportamento da vida pregressa do aluno na escola).

São variáveis idênticas, nas populações estudadas, a função resultante será:

$$\text{Rendimento escolar} = f(\text{assistência técnica})$$

Ou seja:

Um maior rendimento escolar dos alunos do Município de Imperatriz será devido ao êxito da Assistência Técnica.

2.4 - Método

2.4.1 - Tipo da pesquisa

Como este estudo tem por finalidade verificar o rendimento escolar obtido pelos alunos das escolas

com Assistência Técnica, o modelo de investigação mais aconselhável será uma pesquisa experimental do tipo "antes-após."

Kerlinger, define esta abordagem como um tipo de pesquisa "pós-fato" ou seja:

" aquela em que a variável ou variáveis independentes já ocorreram, sendo iniciada pelo pesquisador a partir da observação de uma variável ou mais variáveis dependentes. Estuda, então, as variáveis independentes retrospectivamente, procurando suas possíveis relações com variável ou variáveis dependentes e seus efeitos sobre estas"¹⁶.

Sob este enfoque os dados são coletados e interpretados, buscando-se correlações ou diferenças significantes para os interpretar, através de um Grupo Experimental e de um Grupo de Controle. Assim, teríamos que comparar os resultados do rendimento escolar dos alunos de Imperatriz antes e depois da implantação do Projeto de Assistência Técnica, ou com os de outras escolas, no Município, não envolvidas pelo Projeto.

2.4.2 - Formação dos grupos

A inexistência de um arquivo escolar, com informações detalhadas sobre o rendimento escolar dos alu-

¹⁶KERLINGER, F.M. Foundations of Behavioral Research, Holt Rinehart and Winston, New York, 1964. p. 359.

nos¹⁷, assim como escolas da rede pública que não tivessem sido envolvidas pelo Projeto impossibilitou a formação de grupos do mesmo Município.

Razões provam a não conveniência de uma comparação entre o rendimento escolar dos alunos de Imperatriz da rede pública com os alunos da rede privada. A primeira é que seria, evidentemente, uma comparação entre resultados de escolas com currículos diferentes, e a segunda a possível discrepância entre as classes sociais de que seriam provenientes os dois grupos.

Uma outra alternativa seria a formação de grupos entre municípios da mesma Micro-Região o que não foi possível, devido a estes municípios pertencerem, também, ao Projeto de Assistência Técnica.

Sendo o Município de Carolina, bastante semelhante ao de Imperatriz nos aspectos sócio-econômicos e culturais, com uma rede pública estadual capaz de formar um grupo comparável ao grupo de alunos envolvidos pelo Projeto, ficou assim solucionado o problema da formação dos grupos.

¹⁷ As informações existentes se limitavam apenas à média final do aluno, não havendo discriminação por matéria e disciplina.

2.4.3 - População

Em seguida, determinou-se a população composta pelos alunos matriculados e que cursavam a 4ª série do 1º grau das escolas oficiais dos Municípios em estudo. A escolha da 4ª série decorreu do fato de terem sido esses alunos os que frequentavam a escola, desde o início da implantação do Projeto de Assistência Técnico-Educacional.

A população estudada totalizou 132 alunos, sendo 98 do Município de Imperatriz e 44 do Município de Carolina.

Aos dois grupos de alunos, de Carolina e Imperatriz, foram aplicados instrumentos que permitissem verificar se os mesmos podem ser considerados equivalentes em nível sócio-econômico, nível de inteligência e vida escolar, visto termos considerado essas variáveis como possíveis condicionantes do rendimento escolar, conforme abordagem teórica do problema.

2.5 - Instrumentos

2.5.1 - Elaboração e Especificação

Uma vez determinado o universo de alunos, organizaram-se instrumentos para a obtenção dos dados necessários à mensuração das variáveis:

- nível sócio-econômico

- vida escolar
- nível de inteligência

Para coletar os dados referentes às variáveis nível sócio-econômico e vida escolar utilizou-se um instrumento composto de 31 itens. A parte referente a nível sócio-econômico foi elaborada tendo por apoio a classificação de Maria Laís Mousinho Guidi e Sérgio Guerra Duarte, adaptando-se, apenas, alguns itens ao nível do grupo em estudo e da linguagem da região, enquanto a vida escolar do aluno foi elaborada com base em estudos anteriores. (Anexo "A").

O instrumento utilizado para medir o nível de inteligência dos informantes foi o teste de Raven. Sua escolha ocorreu em virtude de permitir aplicação coletiva. Ressalvamos aqui reconhecer as possíveis restrições que a ele se possam fazer, em virtude das diferenças culturais entre nossas crianças e aqueles para os quais o instrumento foi construído. Tivemos, porém, o cuidado de usar a forma adaptada pela CEPA (Centro Editor de Psicologia Aplicada) para aplicação no Brasil.

Para a variável dependente rendimento escolar elaboraram-se provas de:¹⁸

¹⁸ A escolha das matérias decorreu da implantação da Reforma do Ensino, preconizada pela Lei 5.692 de 11.08.71, que fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus.

- Comunicação e Expressão
- Estudos Sociais
- Ciências e
- Matemática

Cada prova é composta de 30 quesitos, objetivos, tipo múltipla-escolha, com quatro alternativas, sendo uma certa para cada questão, elaborada pela autora sob a orientação de Ethel Bauzer Medeiros¹⁹ e foi submetida a análise e apreciação dos professores de Carolina.

A organização desses instrumentos obedeceu aos seguintes critérios:

- atender às exigências do currículo oficial adotado, na 4^a série (Anexo "D");
- incluir questões com conteúdo que atendes-se ao objetivo específico de cada matéria;
- agrupar as questões em ordem de dificuldade e interesse crescente.

Para assegurar maior eficácia deste instrumento, as provas foram aplicadas como pré-teste em alunos de Carolina e de Imperatriz da rede pública municipal, considerando-se o número de acertos por questão.

¹⁹ Professora de Medidas e Avaliação do IESAE - F.G.V.

De acordo com os resultados do pré-teste e com as observações anotadas pela autora durante a aplicação do mesmo, foram feitas as modificações que se evidenciaram necessárias, concluindo assim a elaboração do instrumento. (Anexo "C")

2.5.2 - Aplicação dos instrumentos

Todos os instrumentos foram aplicados pela autora.

A aplicação foi feita em cada grupo, logo no início das aulas, a fim de garantir maior homogeneidade de aplicação. Observou-se a seguinte ordem: teste de Raven, prova de Comunicação e Expressão, prova de Estudos Sociais, questionário sobre o nível sócio-econômico e vida escolar, prova de Matemática e prova de Ciências.

A aplicação foi iniciada na segunda quinzena de novembro, estendendo-se até à primeira de dezembro, com duração, aproximadamente, de 20 dias úteis

2.5.3 - Tratamento e computação dos dados

A correção das provas, a codificação dos questionários, assim como o tratamento estatístico dos resultados foi manual.

Para mostrar a possível semelhança entre os municípios de Imperatriz e Carolina, os dados utilizados foram coletados em publicações estatísticas de órgãos da administração pública e informações colhidas junto às secretarias das escolas de 1º grau da rede oficial dos Municípios em estudo.

3 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 - Em relação aos Municípios de Carolina e Imperatriz

3.1.1 - Histórico

Carolina

Foi fundada por um dos membros da expedição organizada em Pastos Bons para tentar a descoberta do rio Tocantins, pelo lado do Maranhão.

Em 1810, Francisco José Pinto de Magalhães, mascate goiano, seguindo para Belém, onde ia abastecer-se de mercadorias para o seu comércio, saltou na aldeia, encontrando ali estabelecido o fazendeiro Coelho Paredes. Procurou, por todos os meios, convencer o fazendeiro a abandonar o sítio por pertencerem aquelas terras ao Príncipe. Em seguida, juntamente com os companheiros de viagem, estabeleceu-se ali e deu ao sítio a denominação de S. Pedro de Alcântara.

Já em 1815, Francisco de Paula Ribeiro, em missão oficial, visita a localidade, encontrando-a com menos de vinte pessoas paupérrimas, que viviam quase como selvagens.

Elias Ferreira de Barros, em 1816, vendo a decadência do lugarejo e por ter interesse na zona — pos-

sua várias fazendas de gado — tomou a iniciativa de incentivar seu desenvolvimento. Em 1820, de volta de Belém, em companhia do padre Antonio Carlos Ramalho estabeleceu-se no lugarejo que passou a crescer em população e importância. Antônio Moreira da Silva que, nessa época, fazia parte das expedições oficiais, fundou à margem esquerda do Tocantins, o povoado de Três Barras.

Em 1825, descendo o rio o deputado do governo provisório, padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury, em honra à memória de nossa primeira Imperatriz, dá ao novo povoado o nome de Carolina.

A 25 de outubro de 1831, o povoado foi elevado à categoria de vila. Nessa data o Governo de Goiás, baseado na antiga ocupação do mesmo por goianos, fez trasladar para São Pedro de Alcântara a vila de Carolina, que sempre esteve sob o domínio do Maranhão. Essa mudança provocou luta entre os governos das duas províncias, que se julgavam com igual direito. O imperador determinou, em março de 1833, que a vila fosse conservada sob a jurisdição de Goiás. Após aprovada a transferência foi acrescentado ao nome de Alcântara o de Carolina.

O Governo do Estado do Maranhão protestou esse ato junto ao Poder Central, mas só teve suas pretensões acolhidas por intermédio do Decreto nº 773, de 23 de agosto de 1854, que ratificou a demarcação dos limites de Goiás e Maranhão, reincorporando os dois vilarejos ao território

maranhense, com a denominação de Carolina.

Carolina foi elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 527 de 8 de julho de 1859.

Imperatriz

Em missão oficial para limites de terra das províncias do Pará e Maranhão, Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, baiano, fundou em 1852 a povoação de Santa Tereza de Imperatriz, na Província do Pará. Nesse mesmo ano foi votada e sancionada a Lei nº 639 de 12 de julho, a qual determinava o limite do Pará e Maranhão pelo rio Gurupi, transferindo para a cabeceira deste o ponto de partida da linha este-oeste até o Tocantins.

Comprovaram em 1854 - 1855 que a povoação fundada por Frei Manoel pertencia ao Maranhão, cujo governo, àquela época, pensava também na fundação de uma vila nas imediações da fronteira do Pará.

Frei Manoel conformou-se com a mudança da jurisdição e tirou proveito, empenhando-se no sentido de ser a povoação de Santa Tereza a sede do Município de Porto Franco. O que conseguiu, através de um deputado provincial, quando da redação definitiva da Lei Provincial nº 389 de 27 de agosto de 1856, que elevou a povoação de Porto Franco à categoria de vila, ficando denominada Vila de Santa Tereza de Porto Franco.

A Vila de Santa Tereza de Imperatriz, inicialmente, foi uma única rua de 84 casas, parte coberta de telhas, edificadas ao longo do rio, terminando em uma praça em que foi construída a igreja matriz.

Em 1955, perdeu parte de seu território, para com ele ser constituído o município de Montes Altos, que foi criado no mesmo ano.

3.1.2 - Caracterização

Geográfica

Os municípios de Carolina e Imperatriz estão localizados a sudoeste do Estado do Maranhão e fazem parte das Regiões do Planalto e da Pré-Amazônica, respectivamente.

Imperatriz apresenta latitude (S): 5º 31' 32" e longitude (W.Gr.) 47º 26' 35" com uma distância em linha reta da Capital de 480 km. Enquanto Carolina tem latitude (S) de 7º 19' 51" e longitude (W.Gr.) 47º 28' 30" com uma distância, em linha reta da capital, de 634 km.

Carolina ocupa uma área geográfica de 10.516km² e Imperatriz 13.352 km². Este último é o 3º Município do Estado em grandeza territorial e Carolina, o 13º.

Imperatriz é limitado ao norte e ao noroeste

pelo Estado do Pará e ao sul e sudeste, pelo Estado de Goiás. Já Carolina limita-se ao norte com o Pará e a oeste, sul e sudeste com Goiás. Seus territórios são cortados por um expressivo sistema fluvial.

A posição geográfica destes municípios é considerada estratégica, permitindo influenciar os municípios maranhenses pertencentes as suas micro regiões, assim como os do Pará e Goiás. Tal influência é, também, decorrente de suas condições sócio-econômicas, que os fazem ser considerados Polos de Desenvolvimento do extremo oeste e sudoeste do Estado.

Imperatriz e Carolina apresentam um clima tropical, com duas estações: inverno ou estação das chuvas e verão ou estação seca.

Demográfica

A densidade demográfica de Carolina é de 2,30 hab/km² enquanto a de Imperatriz é da ordem de 6,05 hab/km². (Tabela 11)

Tanto Carolina quanto Imperatriz tiveram, nas últimas três décadas, um crescimento populacional bastante expressivo. No primeiro Município, esse crescimento foi consequente à chegada de imigrantes dos Estados da Região Nordeste, que devido à seca, se fixaram nas terras devolutas do Município. O segundo deve seu aumento populacional,

em parte, à construção da BR 101 (Belém-Brasília) que atravessa seu território no sentido norte-sul. Em 1974, Carolina apresentava uma população de 23.890 habitantes e Imperatriz, de 80.827 habitantes. Ambos tinham mais de 50% de seus habitantes localizados na zona rural. (Tabela 2)

Econômica

As atividades econômicas dos dois Municípios referem-se, essencialmente, à agropecuária, sendo o setor primário o de maior expressividade. Em 1972, as atividades pecuárias de Carolina atingiram 80,3% da produção, seguida de 9% da agricultura. Já Imperatriz teve 50,5% de produção pecuária e 31% de produção agrícola. (Tabela 3)

A produção pecuária dos municípios é centrada na criação de bovinos que foi 41,5% para Carolina e 72,3% para Imperatriz, em 1972. (Tabela 4)

A agricultura, nesses municípios, tem o arroz como principal produto, atingindo, em 1972, 59,3% da produção de Carolina e 72,5% da produção de Imperatriz. (Tabela 5)

Quanto ao extrativismo vegetal, em 1972, a lenha representou 96,6% da produção de Carolina, enquanto em Imperatriz a amêndoa de babaçu representou 89% da produção. (Tabela 6)

O setor secundário tem na indústria de produtos alimentares a sua maior representatividade: em Carolina abrange 46% das 57 indústrias existentes, em Imperatriz, 53,7% das suas 75 indústrias. (Tabela 7)

O setor terciário, embora bastante diversificado, não é, também, muito expressivo. Carolina contava, em 1972, com 148 estabelecimentos comerciais e Imperatriz, 471. Destes, as quintandas, tavernas e barracas, que vendem gêneros alimentícios, combustível, armarinho, etc., em Carolina representam 86% dos estabelecimentos comerciais e em Imperatriz, 61,8% (Tabela 8). Outros estabelecimentos de pequeno porte, prestadores de serviços de recreação, cultura, etc., estão assim distribuídos: Carolina com 21 e Imperatriz com 49. (Tabela 9)

Com uma economia deste porte, a arrecadação anual dos Municípios foi inferior a Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros) no triênio 71 - 73. (Tabela 10) Já a despesa ultrapassou tal montante sendo suplementada por transferências de âmbito estadual e federal. (Tabela 11) Em 1973, Imperatriz apresentou um decréscimo no comportamento da despesa que, segundo o documento de coleta, decorreu do não lançamento de alguns gastos nos livros de registro contábil da Prefeitura²⁰.

²⁰ ESTADO DO MARANHÃO. Diagnóstico das Prefeituras dos Municípios da Região de Imperatriz. - ETAM, São Luís, 1974. p.68.

Cultural

Carolina e Imperatriz possuem apenas uma biblioteca pública, respectivamente, com fluxo regular de leitores.

As principais fontes de recreação nos municípios são um cinema e um teatro, além de uma empresa jornalística e uma estação de rádio.

Imperatriz possui um número considerável de profissionais de nível superior, contando com 16 médicos, 8 advogados e 6 engenheiros, entre outros. Em Carolina, a classe médica, embora numericamente inferior à de Imperatriz, é a mais expressiva da localidade. Existem 5 médicos, 2 advogados e 4 farmacêuticos.

Educacional

No setor educativo, Carolina conta com 70 unidades de ensino de primeiro grau e Imperatriz, 73 sendo diversas as dependências administrativas. A de maior representatividade é, porém, a rede municipal onde predominam as escolas unidocentes na zona rural. (Tabela 12)

Do corpo docente destas unidades de ensino, no ano de 1972, em Carolina mais de 50% pertenciam à rede particular e em Imperatriz, à rede municipal. (Tabela 13)

A matrícula das escolas de primeiro grau, em 1974, foi de 319 alunos em Carolina, enquanto em Imperatriz chegou a 748 nas quatro séries iniciais. (Tabela 14)

Até 1971, o índice de aprovação dos dois Municípios era inferior a 50% (Carolina continuou com o mesmo comportamento até 1973); já Imperatriz conseguiu aumentar consideravelmente seus índices nesse intervalo (Tabela 15)

Os municípios de Imperatriz e Carolina apresentam-se muito semelhantes quanto aos aspectos: geográfico, econômico, cultural e educacional, o que permitiu determinar o "grupo experimental" no primeiro município e o "grupo controle", no segundo.

3.2 - Em relação às variáveis

Caracterização dos informantes quanto:

3.2.1 - Aspectos gerais

Os informantes de Carolina, em número de 44, apresentaram média aritmética de 12,2 anos de idade e os de Imperatriz, num total de 98, tiveram média de 13,7 anos de idade, (Tabela 16)

Todos os informantes eram de nacionalidade brasileira. Quanto à naturalidade, 68% dos informantes de

Carolina e 78% dos de Imperatriz são do Estado do Maranhão e o restante, de outros estados. (Tabela 17)

Quanto à residência dos informantes, em relação à família, foi evidenciada a seguinte distribuição em Carolina: 66% moram com os pais; 11% com parentes; 14% em casa de outro responsável e 9% em casa de pessoa conhecida. Para Imperatriz, 84% estão em casa dos pais, 8% na casa de parentes, 4% na casa de outro responsável e 4% na casa de conhecido, mas que não assume a responsabilidade pela criança. Observa-se, então, que a maior parte dos informantes reside com os pais enquanto os demais têm os pais morando na zona rural ficando, durante o ano letivo, em casa de outras pessoas. Justifica-se tal comportamento em virtude de, no Estado, as escolas de 1º grau da zona rural contarem apenas com duas séries iniciais e o aluno, para concluir o curso, ter de complementá-lo nas escolas localizadas na zona urbana que, de modo geral, possuem todas as séries.

No que se refere ao nível de instrução dos pais dos informantes de ambos os grupos, 50% dos pais possuem o antigo primário, isto é, as 4 primeiras séries de 1º grau, enquanto que das mães dos informantes de Carolina 59% possuem o 1º grau e de Imperatriz, 62% (Tabela 18)

O nível de ocupação dos pais, baseado na classificação de Maria Laís Mousinho Guidi e Sérgio Guerra Duarte, apresentou maior percentual nas ocupações não qualificadas, correspondendo às mães dos informantes de Carolina

82% e as de Imperatriz, 90% (Tabela 19)

No que se refere à percepção de mesadas, 20% dos informantes de Carolina as recebem e em Imperatriz, 40%. Com relação à ocupação remunerada, observou-se sua presença em 14% dos informantes de Carolina e em Imperatriz, 38%. Com o salário que recebem, 83% dos informantes de Carolina ajudam a família, enquanto que 17% gastam no que querem. Em Imperatriz, 78% ajudam a família e 22% gastam no que querem. (Tabela 20)

Das leituras preferidas pelos informantes observou-se maior afluência nos livros de estória (em Carolina 34% e Imperatriz 58%), seguidos das revistas com histórias de amor (em 23% dos informantes de Carolina e 9% de Imperatriz). Por fim, surgiram as revistas instrutivas e em quadrinhos com 12% em Imperatriz e 16% em Carolina.

Da análise desta caracterização, infere-se que o alunado é uma decorrência dos aspectos geográficos, econômicos e culturais dos Municípios em estudo. Estes resultados justificam nossa abordagem do estudo, principalmente quando se tenta mostrar a similitude entre os grupos Experimental e de Controle.

3.2.2 - Aspectos da vida escolar

A Tabela 21 demonstra o tipo de Jardim de Infância frequentado pelos informantes e o período de duração.

No curso de 1º grau, 64% dos informantes de Carolina repetiram a 1ª série e em Imperatriz, 45%. (Tabela 22)

Quanto à intenção de continuar o 1º Grau, em ambos os Municípios, 89% pretendem continuar. Os motivos alegados para tanto foram: em Carolina, 41% desejam aprender mais; 13% querem arranjar um emprego; 30% gostam de estudar; 10% precisam ganhar dinheiro; 3% são obrigados pelos pais e 3% não souberam informar. Em Imperatriz, 7% querem aprender mais; 8% arranjar emprego; 66% "gostam" de estudar; 4% desejam ganhar dinheiro; 7% são obrigados pelos pais e 8% não souberam informar. (Tabela 23 e 24)

Os benefícios que receberam da caixa escolar, assim se configuraram em Carolina: 32% receberam farda e em Imperatriz, 37%. Por outro lado, 40% dos informantes de Carolina nunca receberam nenhum benefício e em Imperatriz, 36%. (Tabela 25)

3.2.3 - Nível sócio-econômico

O nível sócio-econômico foi determinado pelas informações colhidas através de um questionário (Anexo "B"), no qual os dados que se referem ao nível de ocupação do pai ou responsável, nível de instrução do pai ou responsável e da mãe, características físicas da moradia e conforto doméstico, foram os indicadores determinantes da clas

se social dos informantes, segundo a classificação sócio - econômica proposta por Guidi e Duarte.

Ainda para determinação desta variável foram coletadas, como reforço, outras informações, a saber: estado de vida em comum dos pais, nível ocupacional da mãe, modalidade de domicílio, ocupação remunerada do estudante , destino do salário recebido e recebimento de mesada.

Com estas informações pode-se demonstrar que os informantes dos dois municípios estão concentrados na classe baixa superior, sendo 86% de Carolina e 96% de Impe^uratriz. (Tabela 26)

3.2.4 - Nível de inteligência

Nesta variável, os grupos mostraram-se equivalentes. Mais de 50% dos informantes apresentaram nível médio de inteligência, enquanto os demais se distribuíram em proporções idênticas nos níveis superior e inferior. Este resultado foi encontrado por meio do teste de Raven, que permite uma distribuição dos informantes de cada grupo em três níveis: inteligência superior, inteligência média e inferior. Esta distribuição apresentou-se semelhante para os grupos Experimental e de Controle.

3.2.5 - Rendimento escolar

Considerando o rendimento escolar a variável dependente de nosso estudo, comprovado através de aplicação das provas de Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências e Estudos Sociais, ficou demonstrado que a média de notas de Imperatriz foi mais alta que em Carolina (Tabela 27)

Uma análise mais detalhada mostra que:

- a diferença se deve somente às notas de Estudos Sociais;
- as notas de Matemática e Ciências estão próximas;
- a nota de Comunicação e Expressão é mais alta em Carolina.

O maior número de acertos em Estudos Sociais, no Município de Imperatriz, explica-se, em parte (conforme relatório do Projeto de Assistência Técnica) pelos resultados obtidos no Curso de Metodologia de Estudos Sociais, pelos professores.

Constatou-se, também, que mais de 50% dos professores da 4^a série cursaram Licenciatura Curta em Estudos Sociais.

As perguntas com maior índice de acerto foram de conteúdo geográfico. Como lembra Luís Pereira (1971),

são as variáveis extra-escolares as determinantes básicas do aproveitamento escolar, nem sempre reconhecidas pelos professores. Este aspecto, não obstante a outras variáveis, ficou demonstrado nos dois grupos.

Quanto aos resultados da prova de Comunicação e Expressão, mais alto em Carolina, constatou-se através do Serviço de Supervisão da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (Relatório Anual do Serviço de Supervisão em Carolina), que os professores tinham uma preocupação com os conteúdos desta matéria, devido à existência, até em 1974, do "exame de admissão". Daí o maior aprofundamento desses estudos, enquanto Imperatriz que, em consequência do Projeto, já implantara o ensino de 1º grau com as oito séries, desaparecia a predominância maior ou menor de determinadas matérias.

Outro fator que pode explicar o resultado obtido em Carolina, tão próximo ao de Imperatriz, é que 2/3 do professorado daquele Município recebeu habilitação para o Magistério a nível de 2º grau, no Estado de Goiás e participam, compulsoriamente, do Curso de Treinamento do Magistério, localizado em Inhumas. Enquanto o professorado de Imperatriz teve oportunidade de participação em treinamentos, quando da implantação do Projeto de Assistência Técnica, devido serem habilitados para o magistério, em sua maioria, no Estado do Maranhão²¹.

²¹ Tese de mestrado de Maria Helena Pereira de Melo para a F.G.V., p.97.

Evidentemente, esse comportamento dos Municípios em estudo, não pode ser calcado apenas no aspecto técnico do ensino. Torna-se necessário uma percepção do modo de vida da população como fator interveniente no rendimento escolar.

As teorias neoclássicas de desenvolvimento econômico e as formulações liberais de desenvolvimento político e mudança social nas últimas décadas caracterizam-se por apontar a educação como veículo modernizador da estrutura econômica e social. A modernização, do ponto de vista econômico, refere-se à industrialização e à introdução de tecnologia avançada na atividade econômica, enquanto do ponto de vista social, supõe um complexo de atitudes e valores sociais definidos como modernos²².

Nesse sentido, cabe ressaltar, que Imperatriz, já em 1974, iniciava seu processo de transformação sócio-econômico, embora com pouca modernização tecnológica, devido ao intenso fluxo migratório, observando-se novas perspectivas e interesse. O ensino de 1º grau, apesar de não constituir veículo modernizador neste processo, não deixou de ser influenciado, haja vista a constatação feita na incidência de acertos de questões de conteúdo econômico.

²² Relatório de Pesquisa de Isaura B. Schmidt e Glauro Miranda, sobre Determinantes da Escolarização, 1977. p.1-7.

Vale pois, neste estudo, apontar o caráter contraditório do Município de Carolina que assume e imposição de determinados valores, resultante do grupo dominante, servindo, ao mesmo tempo, como instrumento de conservação cultural e manutenção da situação de inferioridade dos menos privilegiados.

Os dados apresentados na nossa abordagem, para caracterização dos Municípios, apresentam uma similitude que, em confronto com as afirmações anteriores, dir-se-ia até certo ponto contraditórias. Essa questão é atenuada, devido a utilização da maioria dos dados existentes serem de 1972 e pelo fato dos dois grupos apresentarem nível intelectual e sócio-econômico equivalentes.

C O N C L U S Õ E S

Este capítulo apresenta, em síntese, as principais conclusões a que se chegou com a realização desse estudo.

No entanto, essas conclusões não são definitivas, ao mesmo tempo que não esgotam todos os aspectos do rendimento escolar no Projeto de Assistência Técnico-Educacional. Por isso, ao final, levantam-se questões que podem suscitar estudos complementares.

Convém esclarecer que, em relação ao rendimento escolar, não houve intenção de criticar os objetivos do Projeto, mas de verificar dentro do que foi ensinado quanto foi aprendido pelos integrantes do sistema de ensino.

Os dados gerais sobre aproveitamento do aluno em Imperatriz (Tabela 15) demonstravam um crescimento nas promoções, a partir da implantação do Projeto.

Considerando que a média final é resultante do somatório das disciplinas (estatisticamente "um valor

mais alto puxa a média")²³. Não é, portanto, o sistema de avaliação através de média aritmética um cálculo tão confiável.

Por outro lado, sendo a melhoria da qualidade do ensino um dos objetivos do Projeto, não se justifica o relatório final do Projeto tenha apresentado, como satisfatório, o alcance deste objetivo sem um estudo mais profundo deste resultado.

Neste trabalho ficou evidenciado:

- rendimento escolar de Imperatriz foi maior que o de Carolina;
- o rendimento escolar, expresso simplesmente em nota, não reflete claramente o que foi aprendido;
- os alunos de nível sócio-econômico baixo inferior obtiveram menor índice de acerto;
- as crianças que cursaram o jardim de infância apresentaram maior número de acertos em questões que exigiam identificação;
- o rendimento escolar atingido nas diversas matérias estava correlacionado com número

²³ SPIEGEL, Murray R. Estatística, Rio de Janeiro, Editora McGraw - Hill do Brasil, 1972, p.84

de pontos do teste de inteligência, exceto em Comunicação e Expressão, o que vem a ser outra possível justificativa da diferença pouco significativa no rendimento dos dois grupos;

- fato de a mãe saber ler apresentou correlação com o maior número de acertos nas provas, não ocorrendo o mesmo com o pai.

RECOMENDAÇÕES

Considerando a avaliação uma atividade que deve acompanhar todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, recomenda-se para o projeto de Assistência Técnico-Educacional, a fim de que possa ter a sua expansão assegurada:

- rever os critérios para expressão do rendimento escolar, orientando os professores no sentido de elaborar os planos de aula com ênfase em todas as matérias, para melhor equilíbrio do conteúdo curricular ensinado.

- estudar, mais objetivamente, o contexto social onde a escola se insere, para maior exploração nas atividades do processo.

- variar as formas de treinamento e também as formas de avaliação dos alunos.

Em vista disto, considera-se que o uso de outras formas de avaliação, como análise do conteúdo de cada matéria, viriam enriquecer e assegurar o êxito do Projeto.

Esse aspecto seria desnecessário ressaltar

se fosse observada a dimensão pedagógica da Assistência Técnica, a qual permite maior envolvimento no processo ensino-aprendizagem.

Um programa de Assistência Técnica Educacional, principalmente em Municípios carentes, como os nossos, para alcançar resultado eficaz tem de envolver mais os assistidos não só para sua maior receptividade como assegurar a sua integração que, de certo, beneficiará o processo ensino-aprendizagem.

Espera-se que a realização desse estudo forneça elementos para maior efetividade do Projeto de Assistência Técnico-Educacional, ao mesmo tempo que ressalta a necessidade de se prosseguir o estudo de nossa realidade escolar em busca de soluções com resultados mais concretos e objetivos.

TABELAS

TABELA 1 - Área geográfica, população e densidade demográfica dos Municípios de Carolina e Imperatriz - em 1972.

ESPECIFICAÇÃO	CAROLINA	IMPERATRIZ
Área geográfica (km 2)	10.516	13.352
População	23.890	80.827
Densidade demográfica (hab/km 2)	2,30	6,05

FONTE : IPEI - MA.

TABELA 2 - Distribuição percentual das populações dos Municípios de Carolina e Imperatriz - 1974.

LOCALIZAÇÃO	CAROLINA	%	IMPERATRIZ	%
Zona Rural	15.250	64,0	46.117	57,0
Zona Urbana	8.640	36,0	34.710	43,0
T O T A L	23.890	100,0	80.827	100,0

FONTE : ETAM - MA.

TABELA 3 - Atividades Econômicas.

1 - Setor Primário

1.1 - Valor da produção agropecuária por classe de atividade dos Municípios de Carolina e Imperatriz - 1972.

CLASSE DE ATIVIDADE	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	Total (Cr\$)	%	Total (Cr\$)	%
Agricultura	2.055.640	9,0	14.851.900	31,0
Avicultura	332.250	1,4	1.264.855	3,0
Caça	-	-	228.800	0,4
Extrativismo vegetal	379.455	1,6	2.294.899	4,7
Pecuária	18.701.500	80,3	24.220.350	50,5
Pesca	24.050	0,1	65.220	0,1
Produção animal	1.782.630	7,6	4.944.797	10,3
T O T A L	23.275.525	100,0	47.170.821	100,0

FONTE : IPEI-MA.

TABELA 4

1.2 - Valor da produção da pecuária dos Municípios de Carolina e Imperatriz por principais ramos
- 1972

RAMOS	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	Total (Cr\$)	%	Total (Cr\$)	%
Asininos	224.000	1,1	160.200	0,6
Bovinos	7.771.300	41,5	10.940.420	78,3
Caprinos	76.000	0,4	178.880	0,7
Equinos	920.000	5,0	1.660.750	7,0
Muare	690.000	4,0	284.000	1,1
Ovinos	86.000	0,5	73.500	0,3
Suinos	6.934.200	47,5	2.422.600	12,0
TOTAL	18.701.500	100,00	24.220.350	100,0

FONTE : IPEI - MA.

TABELA 5

1.3 - Valor da produção da agricultura dos Municípios de Carolina e Imperatriz por principais produtos - 1972

PRODUTOS	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	Total (Cr\$)	%	Total (Cr\$)	%
Algodão	64.500	3,0	1.232.000	8,4
Arroz	1.220.000	59,3	10.777.800	72,5
Banana	112.500	5,4	1.343.000	9,0
Cana de Açúcar	168.000	8,0	75.600	0,5
Feijão	95.040	5,0	172.500	1,1
Mandioca	130.000	6,3	179.000	2,0
Milho	265.600	13,0	972.000	6,5
TOTAL	2.055.640	100,0	14.851.900	100,0

FONTE : IPEI-MA.

TABELA 6

1.4 - Valor da produção do extrativismo vegetal dos Municípios de Carolina e Imperatriz por principais produtos - 1972.

RAMOS	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	Total (Cr\$)	%	Total (Cr\$)	%
Amêndoas de babaçu	-	-	2.042.400	89,0
Carvão vegetal	1.455	0,4	101.892	4,4
Lenha	378.000	96,6	15.067	0,6
Toros	-	-	135.540	6,0
TOTAL	379.455	100,0	2.294.899	100,0

FONTE : IPEI-MA.

TABELA 7

2 - Setor Secundário

2.1 - Número de indústrias dos Municípios de Carolina e Imperatriz por classe de atividades
- 1972.

CLASSE DE ATIVIDADE	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	Total	%	Total	%
Bebidas	2	3,5	2	2,6
Cal	5	8,8	-	-
Couros e peles	1	1,7	2	2,6
Editoriais e gráficas	2	3,5	3	4,0
Madeiras	2	3,5	4	5,3
Minerais não metálicos	-	-	1	1,3
Mobiliário	2	3,5	6	8,0
Produtos alimentares	26	45,0	40	53,7
Produtos de perfumaria - sabões e velas	2	3,5	-	1,3
Químicas	-	-	2	2,6
Telhas e tijolos	8	14,0	-	-
Têxteis	-	-	4	5,3
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	7	12,0	10	13,3
TOTAL	57	100,0	75	100,0

FONTE : IPEI-MA.

TABELA 8

3 - Setor Terciário

3.1 - Número de estabelecimentos comerciais dos Municípios de Carolina e Imperatriz por principais ramos de atividade - 1972.

ESTABELECIMENTOS	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	Total	%	Total	%
Baras, restaurantes e cafês	5	3,3	59	12,5
Combustíveis e lubrificantes, postos de gasolina	4	2,9	4	0,8
Farmácias, drogas e perfumarias	1	0,6	9	2,0
Ferragens, louças e materiais de construção	1	0,6	2	0,4
Fumo, cigarros e charutos	-	-	1	0,2
Livrarias e papelarias	1	0,6	1	0,2
Máquinas, veículos e acessórios	-	-	4	0,8
Material de couro, pele e borracha	-	-	5	1,0
Óticas, fotos, joalherias e relojoarias	1	0,6	1	0,2
Quitandas, tavernas, barracas	127	86,0	231	61,8
Súpermercados, mercearias	2	1,5	3	0,6
Tecidos, roupas, calçados e Armarinhos	1	0,6	52	11,0
Diversos não classificados	5	3,3	39	8,5
TOTAL	148	100,0	471	100,0

FONTE : IPEI-MA.

3.2 - Número de estabelecimentos dos Municípios de Carolina e Imperatriz por principais ramos de atividade - 1972

ESTABELECIMENTOS	CAROLINA		IMPERATRIZ	
	Total	%	Total	%
Agências funerárias e cemitérios	1	4,7	2	4,0
Associação de classe, Sindicatos, Federações e Confederações	-	-	6	12,2
Bibliotecas	-	-	1	2,0
Casas de saúde, repouso, inclusive Clínicas	1	4,7	1	2,0
Clubes e Associações recreativas	1	4,7	8	16,3
Conventos, Mosteiros e Sociedades Religiosas	4	19,0	7	14,6
Distribuição de energia elétricas	1	4,7	1	2,0
Empresas radiotelegráficas e radiorelefônicas	1	4,7	5	10,6
Empresas rodoviárias	2	9,5	3	6,1
Escritórios de registros diversos e processamento de dados	1	4,7	2	4,0
Estações de Rádio	1	4,7	1	2,0
Hospitais	1	4,7	2	4,0
Hoteis e similares	3	15,0	4	8,1
Maternidades	1	4,7	1	2,0
Posto de saúde e vacinação	1	4,7	1	2,0
TOTAL	21	100,0	49	100,00

FONTE : IPEI-MA.

TABELA 10

3.3 - Valor da receita arrecadada nos Municípios de Carolina e Imperatriz - 1971 a 1973.

A N O	CAROLINA	IMPERATRIZ
	Total - Cr\$	Total - Cr\$
1971	162.122	170.544
1972	126.724	284.043
1973	128.566	667.251

FONTE - ETAM-MA.

TABELA 11

3.4 - Valor da despesa nos Municípios de Carolina e Imperatriz - 1971 a 1973.

A N O	CAROLINA	IMPERATRIZ
	Total - Cr\$	Total - Cr\$
1971	744.737	2.069.077
1972	859.393	2.824.745
1973	1.044.643	639.561

FONTE - ETAM-MA.

TABELA 12

Número de Unidades Escolares nos Municípios de Carolina e Imperatriz segundo dependências administrativas e localização - 1972

MUNICÍPIOS	Total	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
		Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
Carolina	70	-	-	2	1	53	48	15	-
Imperatriz	73	-	-	3	-	54	38	13	2

FONTE : PROCARTA-MA.

TABELA 13

Corpo docente nos Municípios de Carolina e Imperatriz, segundo a dependência administrativa e localização - 1972.

MUNICÍPIOS	TOTAL	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
		Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
Carolina	107	-	-	39	3	13	13	55	6
Imperatriz	209	-	-	38	-	115	70	56	12

FONTE : PROCARTA-MA.

TABELA 14

Matrícula inicial dos alunos do 1º Grau da rede Estadual dos Municípios de Carolina e Imperatriz
- 1974

MUNICÍPIOS	MATRÍCULA POR SÉRIE				
	Total	1ª	2ª	3ª	4ª
Carolina	319	122	87	62	48
Imperatriz	748	205	257	180	106

FONTE : SOE/DEPG/SE.

TABELA 15

Índice de aprovação da 1^a a 4^a Série das Escolas de 1º Grau da Rede Estadual dos Municípios de Carolina e Imperatriz- 1971 a 1973.

A N O	CAROLINA	IMPERATRIZ
1971	48%	34%
1972	62%	36%
1973	86%	37%

FONTE : SOE/DEPG/SE.

TABELA 16.

Distribuição percentual dos alunos segundo sexo e idade

IDADE EM ANOS	S E X O					
	CAROLINA (N° 44)			IMPERATRIZ (N° 98)		
	Masculino	Femenino	Total	Masculino	Feminino	Total
10	-	-	-	4,0	6,2	10,2
11	2,2	2,2	4,4	10,2	10,2	20,4
12	9,1	9,1	18,2	13,3	12,2	25,5
13	9,1	9,1	18,2	14,3	13,2	27,5
14	4,5	27,3	31,8	5,1	3,1	8,2
15	9,1	9,1	18,2	3,1	3,1	6,2
16	-	6,9	6,9	1,0	1,0	2,0
17	-	2,3	2,3	-	-	-
T O T A L	34,0	66,0	100,0	51,0	49,0	100,0

Média aritmética =

12,2

13,7

TABELA 17

Distribuição percentual dos alunos e naturalidade

L O C A L	CARLOLINA (Nº 44)	IMPERATRIZ (Nº 98)
Bahia	-	2%
Ceará	-	3%
Goiás	25%	5%
Maranhão	68%	78%
Pará	-	2%
Paraíba	-	3%
Piauí	5%	6%
Não soube informar	2%	1%
T O T A L	100%	100%

TABELA 18

Distribuição percentual dos alunos segundo o nível de instrução dos pais

NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS PAIS	CAROLINA (Nº 44)	IMPERATRIZ (Nº 98)
Nível de instrução do pai ou responsável.		
Analfabeto	75%	7%
Lê mas não foi à Escola	16%	30%
1º Grau	57%	55%
2º Grau	7%	6%
Curso Superior	-	-
Não soube informar	13%	2%
TOTAL	100%	100%
Nível de instrução da mãe.		
Analfabeto	9%	7%
Lê mas não foi à Escola	5%	21%
1º Grau	59%	62%
2º Grau	7%	7%
Curso Superior	2%	1%
Não soube informar	18%	2%
TOTAL	100%	100%

TABELA 19

Distribuição percentual dos alunos segundo o nível de ocupação profissional dos pais

NÍVEL DE OCUPAÇÃO PROFISSIONAL	CAROLINA (Nº 44)		IMPERATRIZ (Nº 98)	
	PAI	MÃE	PAI	MÃE
Ocupações não qualificadas	65%	82%	61%	90%
Ocupações de nível inferior	25%	14%	31%	8%
Ocupações de nível médio	5%	2%	3%	1%
Ocupações de nível superior	-	-	-	-
Não tem ocupações	-	-	2%	-
Não sabe informar	5%	2%	3%	1%
T O T A L	100%	100%	100%	100%

TABELA 20

Distribuição percentual dos alunos segundo recebimento de mesada, ocupação remunerada e ti
po de utilização do salário recebido pela ocupação

MUNICÍPIOS	MESADA		TOTAL	OCUPAÇÃO REMUNERADA		TOTAL	UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO		TOTAL
	Sim	Não		Sim	Não		Ajuda a família.	Gasta no que quer	
Carolina	20%	80%	100%	14%	86%	100%	83%	17%	100%
Imperatriz	40%	60%	100%	38%	62%	100%	78%	22%	100%

TABELA 21

Distribuição percentual dos alunos segundo frequência, dependência administrativa e anos de frequência no Jardim de Infância

MUNICÍPIOS	FREQUENTOU JARDIM DE INFÂNCIA		TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			TOTAL	ANOS DE FREQUÊNCIA			TOTAL
	Sim	Não		Público	Particular	Ambos		um ano	Dois anos	Três anos	
Carloina	45%	55%	100%	50%	30%	20%	100%	60%	30%	10%	100%
Imperatriz	48%	52%	100%	36%	64%	-	100%	68%	21%	11%	100%

TABELA 22

Distribuição percentual dos alunos segundo repetência na 1ª Série

REPETÊNCIA NA 1ª SÉRIE	CAROLINA (Nº 44)	IMPERATRIZ (Nº 98)
Sim	64%	45%
Não	36%	54%
Não soube informar	-	1%
TOTAL	100%	100%

TABELA 23

Distribuição percentual segundo a pretensão de conclusão do 1º Grau

PRETENSÃO	CAROLINA (Nº 44)	IMPERATRIZ (Nº 98)
Sim	89%	96%
Não	9%	11%
Não soube informar	2%	-
T O T A L	100%	100%

TABELA 24

Distribuição percentual segundo motivo para continuação do 1º Grau

MOTIVO	CAROLINA (Nº 44)	MATERNIZ (Nº 98).
Aprender mais	41%	7%
Arranjar emprego	13%	8%
Gosta de estudar	30%	66%
Ganhar dinheiro	10%	4%
Porque os pais obrigam	3%	7%
Não soube informar	3%	8%
TOTAL	100%	100%

TABELA 25

Distribuição percentual dos alunos segundo benefícios recebidos pela Caixa Escolar

B E N E F Í C I O S	CAROLINA (Nº 44)	IMPERATRIZ (Nº 98)
Caderno	5%	5%
Farda	32%	37%
Livro	5%	7%
Remédio	-	2%
Sapatp	5%	11%
Outro benefício	13%	2%
Nenhum benefício	40%	36%
T O T A L	100%	100%

TABELA 26

Distribuição percentual dos alunos segundo classe social a que pertencem

CLASSE SOCIAL	CAROLINA (Nº 44)	IMPERATRIZ (Nº 98)
Baixa Inferior	14%	1%
Baixa superior	86%	96%
Média inferior	-	3%
Média superior	-	-
Alta	-	-
T O T A L	100%	100%

TABELA 27

Média obtida pelos alunos, segundo provas aplicadas

MUNICÍPIOS	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO		MATEMÁTICA		CIÊNCIAS		ESTUDOS SOCIAIS		T O T A L	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Imperatriz	13,43	44,77	13,60	45,33	17,41	58,03	18,33	62,77	25,82	52,73
Carolina	16,95	56,50	12,72	42,4	16,02	53,4	11,53	38,43	14,31	47,7
Diferença (I - C)	- 3,52	-11,73	0,88	2,93	1,39	4,63	7,30	24,33	1,51	5,03

A N E X O S

A N E X O - A

Questionário

Estimado Aluno.

Este ano estamos desenvolvendo um trabalho de pesquisa, com a Secretaria de Educação. Assim, solicitamos a sua colaboração para que este trabalho obtenha resultado.

Responda sem pressa. Caso encontre dificuldade peça ajuda ao professor.

Após responder todas as perguntas você poderá escrever outras informações que nos queira dar.

Muito abrigado pela colaboração.

NOME DO ALUNO :.....

ENDEREÇO :.....

NOME DA ESCOLA:.....

Leia com atenção:

- Marque com um "X" o quadrinho que corres_ponder ao seu caso.
- Nas perguntas que não têm quadrinhos, es_creva sua resposta no espaço pontilhado.
- Responda todas as perguntas.

01. Qual é o seu sexo?

Masculino ☐

Feminino ☐

02. Escreva o número de anos que você tem:.....

03. Qual é a sua nacionalidade?

Brasileira ☐

Estrangeira ☐

04. Escreva o nome do Estado onde você nasceu:.....

05. Seus pais moram juntos?

Sim ☐

Não ☐

06. Você mora em:

Casa de seus pais ☐

Casa de um parente ☐

Casa de pessoa responsável ☐

Casa de pessoa conhecida ☐

Com outra pessoa ☐

Qual?.....

07. Qual a profissão de seu pai ou de seu responsável?.....

.....

08. Qual a profissão de sua mãe?.....

09. Qual a instrução de seu pai ou responsável?

- Analfabeto ☐
- Lê, escreve, mas nunca esteve na escola ☐
- Primário incompleto ☐
- Primário completo ☐
- Ginasial incompleto ☐
- Ginasial completo ☐
- Colegial incompleto ☐
- Colegial completo ☐
- Superior incompleto ☐
- Superior completo ☐
- Não sabe informar ☐

10. Qual a instrução de sua mãe?

- Analfabeto ☐
- Lê, escreve, mas nunca esteve na escola ☐
- Primário incompleto ☐
- Primário completo ☐
- Ginasial incompleto ☐
- Ginasial completo ☐
- Colegial incompleto ☐
- Colegial completo ☐
- Superior incompleto ☐
- Superior completo ☐
- Não sabe informar ☐

11. Vocês moram em:

- Casa Própria ☐
- Casa alugada ☐
- Pensão ☐
- Quarto ☐
- Outro lugar ☐
- Qual?.....

12. A parede de sua casa é de:

- Palha ☐
- Taipa sem reboco ☐
- Taipa com reboco ☐

Adobe ☐
Madeira ☐
Tijolos sem reboco ☐
Tijolos com reboco ☐
Outro material ☐

Qual?.....

13. Como é o piso de sua casa?

De chão batido ☐
De tijolo ☐
De cimento ☐
De madeira ☐
De outro material ☐

Qual?.....

14. O teto de sua casa é de:

Palha ☐
Madeira ☐
Telha ☐
Laje ☐
Outro material ☐

Qual?.....

15. A água de sua casa vem de onde?

Poço particular ☐
Poço público ☐
Rio ☐
Água encanada ☐
Outro lugar ☐

Qual?.....

16. A iluminação de sua casa é de:

Lamparina ☐
Lampião a querosene ☐
Luz elétrica ☐
Outro tipo ☐

Qual?

17. Escreva o número de dependências de sua casa:.....

18. Na sua casa cozinha-se com:

- Lenha ☐
 Carvão ☐
 Querosene ☐
 Gás ☐
 Outro material ☐
 Qual?.....

19. Como é o banheiro de sua casa?

- Fossa ☐
 Privada ☐
 Banheiro completo ☐
 Outra coisa ☐
 Qual?.....

20. Na sua casa tem:

- Geladeira ☐
 Rádio ☐
 Liquidificador ☐
 Televisão ☐
 Ventilador ☐
 Vitrola ☐

21. Na sua casa tem empregada doméstica?

- Não ☐
 Nunca houve ☐
 Sim ☐

22. Você recebe mesada de sua família?

- Não ☐
 Sim ☐

23. Você tem emprego ou trabalho?

- Não ☐
 Sim ☐

24. O que faz com o dinheiro que ganha?

- Ajuda a família ☐
 Gasta no que quer ☐

25. Que benefícios você já recebeu da Caixa Escolar?

- Farda ☐
Livro ☐
Caderno ☐
Sapato ☐
Remédio ☐
Outro benefício ☐
Qual?.....
26. Você fez Jardim de Infância ?
Sim ☐
Não ☐
27. Quantos anos frequentou?.....
28. Qual o tipo de Jardim ?
Público ☐
Particular ☐
29. Você já repetiu alguma série?
Não ☐
Sim ☐
Qual?.....
30. Pretende continuar o 1º Grau?
Sim ☐
Não ☐
Por que?.....
31. Você prefere ler?
Livro de estória ☐
Revista instrutiva ☐
Revista em quadrinhos ☐
Revista com estória de amor ☐
Jornal ☐
Não gosta de ler. ☐

ANEXO - B

Provas

Prezado Aluno,

Na pergunta abaixo há uma única resposta certa. Observe:

- Qual é o Estado vizinho ao Maranhão?

- | | |
|------------|-------------------------------------|
| a. Ceará | <input type="checkbox"/> |
| b. Pará | <input checked="" type="checkbox"/> |
| c. Acre | <input type="checkbox"/> |
| d. Sergipe | <input type="checkbox"/> |

Assim, como neste exemplo, você procurará responder as outras questões deste teste.

Muito obrigado.

PROVA DE ESTUDOS SOCIAIS

NOME DA ESCOLA :.....

NOME DO ALUNO :.....

01. Onde está localizado o Estado do Maranhão no Mapa do Brasil?

- a. Sul ☐
- b. Norte ☐
- c. Nordeste ☐
- d. Centro-Oeste ☐

02. O que limita o Maranhão a Leste?

- a. Goiás ☐
- b. Oceano Atlântico ☐
- c. Goiás e Pará ☐
- d. Piauí ☐

03. Qual é a ilha do Golfão Maranhense, que é sede do Governo?

- a. Medo ☐
- b. São Luís ☐
- c. Boa Razão ☐
- d. Meio ☐

04. Que rio separa Maranhão do Pará ?

- a. Gurupi ☐
- b. Tocantins ☐
- c. Parnaíba ☐
- d. Manuel Alves Grande ☐

05. O Governo do Estado é exercido pelo:

- a. Poder Legislativo ☐
- b. Poder Executivo ☐
- c. Poder Judiciário ☐
- d. Poder Legislativo, Executivo e Judiciário. ☐

06. O Estado do Maranhão faz parte:

- a. dos Estados Unidos do Brasil ☐
- b. do Reino Unido do Brasil ☐
- c. dos Estados Unidos da América ☐
- d. da República Federativa do Brasil ☐
37. Pronunciou antes de ser enforcado: " pelo povo do Maranhão morro contente ".
- a. Bequimão ☐
- b. Tiradentes ☐
- c. Balaio ☐
- d. Lázaro de Melo ☐
38. Quem idealizou a Bandeira do Maranhão?
- a. Teixeira Mendes ☐
- b. Sousândrade ☐
- c. Frazão Cantanhêdo ☐
- d. Barbosa de Godóis ☐
39. A população do Maranhão é maior do que a de:
- a. Pernambuco ☐
- b. São Paulo ☐
- c. Acre ☐
- d. Bahia ☐
40. Os franceses estiveram no Maranhão:
- a. na época do Brasil Colônia ☐
- b. depois da Proclamação da República ☐
- c. no ano da Independência do Brasil ☐
- d. depois dos holandeses ☐
41. Que jesuíta português procurou catequizar os índios do Maranhão?
- a. Manuel da Nóbrega ☐
- b. Antônio Vieira ☐
- c. José de Anchieta ☐
- d. Antônio Pereira ☐
42. D. Pedro II deu o título de Barão de Caxias a Luís Alves de Lima e Silva porque:
- a. é o patrono do Exército Brasileiro ☐

- b. venceu a Guerra do Paraguai ☐
- c. sufocou a Balaiada ☐
- d. nasceu em Caxias ☐

13. Considerado o maior poeta lírico maranhense:

- a. Henrique Leal ☐
- b. Raimundo Corrêa ☐
- c. Barbosa de Godóis ☐
- d. Gonçalves Dias ☐

14. CAEMA significa:

- a. Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão ☐
- b. Centrais Elétricas do Maranhão ☐
- c. Companhia Telefônica do Maranhão ☐
- d. Companhia do Desenvolvimento Rodoviário do Maranhão. ☐

15. Quais os primeiros habitantes maranhenses a quem devemos muito de nossos usos e costumes?

- a. franceses ☐
- b. portugueses ☐
- c. índios ☐
- d. holandeses. ☐

16. Rio maranhense onde se construiu a Hidrelétrica de Boa Esperança:

- a. Mearim ☐
- b. Tocantins ☐
- c. Parnaíba ☐
- d. Gurupi ☐

17. Que produto o Maranhão exporta em maior quantidade?

- a. babaçu ☐
- b. algodão ☐
- c. arroz ☐
- d. jaborandi ☐

18. A estrada Belém-Brasília atravessa o Estado do Maranhão nos Municípios de:

- a. Carolina, Imperatriz ☐
- b. Imperatriz, Porto Franco ☐
- c. Carolina, Balsas ☐
- d. Porto Franco, Carolina. ☐

19. O porto maranhense que escoará o minério de Carajás:

- a. Tutóia ☐
- b. Desterro ☐
- c. Itaqui ☐
- d. São Luís. ☐

20. No Maranhão, o aeroporto internacional de emergência é:

- a. Tirirical ☐
- b. Carolina ☐
- c. Caxias ☐
- d. Imperatriz ☐

21. Grande parte do solo maranhense é coberto por:

- a. vegetação rasteira ☐
- b. coqueiros, palmeiras de babaçu e car
naúba. ☐
- c. planaltos com árvores afastadas ☐
- d. matas ralas e plantas espinhentas ☐

22. A religião da maioria dos maranhenses é:

- a. protestante ☐
- b. espírita ☐
- c. umbandista ☐
- d. católica ☐

23. Na Ilha de São Luís encontramos os Municípios de:

- a. São Luís, São José, Rosário ☐
- b. São Luís, Paço do Lumiar, Ribamar ☐
- c. São Luís, Rosário, Paço do Lumiar ☐
- d. São Luís, Ribamar, Rosário, ☐

24. A Balaiada foi uma revolta que pretendia libertar:

- a. os maranhenses do domínio holandês ☐
- b. os maranhenses da exploração portugue
sa ☐

- c. os escravos negros ☐
d. os índios ☐
25. Quando a Província do Maranhão passou a Estado?
a. com a vinda de D. João VI ☐
b. por ocasião da Independência ☐
c. no segundo Reinado ☐
d. após a Proclamação da República ☐
26. Uma das principais atividades do homem no Maranhão é na:
a. lavoura ☐
b. pecuária ☐
c. salina ☐
d. extração de minerais ☐
27. Que figura geométrica parece com o formato do Mapa do Maranhão?
a. losango ☐
b. retângulo ☐
c. triângulo ☐
d. trapézio ☐
28. O Maranhão é um Estado marítimo porque:
a. tem muitas praias ☐
b. é banhado pelo Oceano Atlântico ☐
c. possui muitos rios ☐
d. tem merés muito altas ☐
29. Que maranhense foi considerado o maior teatrólogo brasileiro?
a. Coelho Neto ☐
b. Graça Aranha ☐
c. Artur Azevedo ☐
d. Aluísio Azevedo ☐
30. A pecuária maranhense é pouco desenvolvida por causa:
a. do clima ☐
b. dos rios ☐
c. das secas ☐
d. do relevo ☐

PROVA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

NOME DA ESCOLA:.....

NOME DO ALUNO :

Leia com atenção o texto e marque com um
" X " a melhor resposta:

As duas panelas.

Monteiro Lobato

Duas panelas, uma de ferro, orgulhosa, ou
tra de barro humilde, moravam na mesma cozinha; e como esti
vessem vazias, a bocejarem de vadiação, disse a graúda:

- Bela tarde para um giro pela horta! A co
zinheira não está e até que venha, teremos tempo de dizer
adeus à alface e fazer uma visita aos repolhos. Queres ir?

- Com todo prazer!.... respondeu a panela
de barro lisongeadíssima da honrosa companhia.

- Dá-me o braço então, vamo-nos depressa
antes que " ela " venha.

Assim fizeram, e lá se foram as duas desa
jeitadonas, gingando os corpos ventrudos cheios de amabilida
de para com as hortaliças.

- Bom dia, Dona Couve! " Comendador Repo-

lho, como passas! Coentrinho, adeus! "

No melhor da festa, porém a panela de ferro falseou o pé e esbarrou na amiga,

- Ai que me trincas! exclamou esta ...

- Não foi nada, não foi nada ...

Uns passos mais e novo choque.

- Ai que me desbeigas, amiga!

- Em casa arruma-se, não é nada.

Minutos depois terceiro esbarrão, esse formidável.

- Ai! Ai! Ai! Fizeste-me em pedaços, ingrata!

E a mísera panela de barro caiu por terra a gemer, reduzida a cacos.

01. A quem se referiam as panelas quando disseram: " antes que ela venha " ?

- a. patroa ☐
- b. lavadeira ☐
- c. cozinheira ☐
- d. copeira ☐

02. Onde as panelas pensaram em dar um giro?

- a. na horta ☐
- b. na cozinha ☐
- c. no pomar ☐
- d. no quintal ☐

03. A expressão " a graúda " se refere a:

- a. panela de barro ☐
- b. panela de ferro ☐

- c. cozinheira ☐
d. couve ☐
04. O que as duas panelas tinham de parecido?
a. orgulho ☐
b. amabilidade ☐
c. ingratidão ☐
d. humildade ☐
05. Como estava a tarde quando as panelas saíram para passear?
a. chuvosa ☐
b. feia ☐
c. bela ☐
d. triste ☐
06. A panela de ferro esbarrou na amiga porque o pé:
a. quebrou ☐
b. falseou ☐
c. cortou ☐
d. queimou ☐
07. Como ficou a panela de barro quando recebeu o convite para sair?
a. triste ☐
b. revoltada ☐
c. lisongeada ☐
d. calada ☐
08. Quem as duas panelas encontraram no passeio e cumprimentaram?
a. Repolho, Coentrinho, Alface ☐
b. Alface, Couve, Coentrinho ☐
c. Repolho, Couve, Cebola ☐
d. Couve, Repolho, Coentrinho ☐
09. Como ficou a panela de barro no final da festa?
a. em cacos ☐
b. inteira ☐
c. desbeigada ☐
d. gemendo ☐

10. As panelas foram passear porque estavam:

- a. ocupadas ☐
- b. vadias ☐
- c. alegres ☐
- d. cansadas ☐

11. A panela de barro ao cair:

- a. riu ☐
- b. chorou ☐
- c. gemeu ☐
- d. calou ☐

12. Os personagens principais do texto são:

- a. os repolhos ☐
- b. os empregados ☐
- c. as hortaliças ☐
- d. as panelas ☐

13. Quem escreveu o texto

- a. Comendador Repolho ☐
- b. Dona Couve ☐
- c. Monteiro Lobato ☐
- d. As duas Panelas ☐

14. De tanta vadiação as panelas:

- a. gemiam ☐
- b. choravam ☐
- c. sorriam ☐
- d. bocejavam ☐

15. A panela de barro ficou em pedaço após o:

- a. primeiro esbarrão ☐
- b. segundo esbarrão ☐
- c. terceiro esbarrão ☐
- d. quarto esbarrão. ☐

16. Desheijar quer dizer:

- a. aumentar os beijos ☐
- b. quebrar os beijos ☐
- c. encontrar os beijos ☐

- d. alisar os lços ☐
17. Qual a categoria gramatical da palavra sublinhada na frase: Em casa arruma-se, não é nada?
- a. pronome ☐
 b. preposição ☐
 c. advérbio ☐
 d. adjetivo ☐
18. Bela tarde para um giro pela horta! A palavra sublinhada indica:
- a. ação ☐
 b. tempo ☐
 c. emoção ☐
 d. qualidade ☐
19. A cozinheira não está e até que venha. A palavra sublinhada serve para:
- a. modificar palavras ☐
 b. qualificar palavras ☐
 c. ligar orações ☐
 d. ligar palavras ☐
20. Fizeste-me em pedaços, ingrata. Das palavras abaixo qual a que tem o mesmo significado da palavra sublinhada:
- a. gratíssima ☐
 b. bem agradecida ☐
 c. agradecida ☐
 d. mal-agradecida ☐
21. O melhor antônimo de grávida:
- a. miúda ☐
 b. mínima ☐
 c. pequena ☐
 d. ínfima ☐
22. A palavra sublinhada na frase: Minutos depois outro esbar rão; pode ser classificada sintaticamente como:
- a. conjunção ☐
 b. advérbio ☐

- c. preposição ☐
- d. adjetivo ☐
23. A oração sublinhada na frase: Dá-me o braço então, e vamos depressa antes que "ela" venha, é:
- a. coordenada ☐
- b. subordinada ☐
- c. principal ☐
- d. substantiva ☐
24. A panela de ferro falseou o pé. A expressão sublinhada:
- a. objeto direto ☐
- b. predicativo ☐
- c. objeto indireto ☐
- d. adjunto adverbial ☐
25. Ai que me trincas! É uma oração:
- a. composta ☐
- b. exclamativa ☐
- c. subordinada ☐
- d. interrogativa ☐
26. Que termo da oração é a expressão sublinhada: E a mísera panela de barro caiu por terra a gemer.
- a. predicado ☐
- b. objeto ☐
- c. sujeito ☐
- d. adjunto ☐
27. Na frase: Duas panelas, uma de ferro, orgulhosa, outra de barro, humilde, moravam na mesma cozinha. As palavras humilde e orgulhosa são:
- a. adjuntos ☐
- b. predicados ☐
- c. predicativos ☐
- d. sujeitos ☐
28. Que oração tem sujeito oculto?
- a. Fizeste-me em pedaços! ☐
- b. A cozinheira não está. ☐

c. Comendador Repolho, como passas? ☐

d. Elas moravam na cozinha. ☐

29. Em que oração a palavra barro é objeto direto?

a. A panela de barro quebrou ☐

b. O barro foi vendido ☐

c. Nós compramos o barro ☐

d. A panela é de barro

30. Em que modo está o verbo da oração: Respondeu a panela de barro lisongeadíssima.

a. infinitivo ☐

b. imperativo ☐

c. subjuntivo ☐

d. indicativo ☐

PROVA DE MATEMÁTICA

NOME DA ESCOLA :

NOME DO ALUNO :

Marque com um " X " a resposta que melhor convier.

01. De acordo com o número de elementos o conjunto $A = \text{Maranhão}$ é:

- a. vazio ☐
- b. biunívoco ☐
- c. unitário ☐
- d. infinito ☐

02. Nos conjuntos: $A = \{\text{Pará, Acre, Piauí, Ceará}\}$ e $B = \{\text{Piauí, Ceará, Pará, Acre}\}$ a relação é:

- a. $A > B$ ☐
- b. $A \neq B$ ☐
- c. $A \subset B$ ☐
- d. $A = B$ ☐

03. Na última colheita os lavradores conseguiram de suas roças 2.850 sacos de arroz, que venderam por Cr\$ 130,00 cada saco. De quanto foi o valor total da venda ?

- a. Cr\$ 370.500,00 ☐
- b. Cr\$ 34.500,00 ☐
- c. Cr\$ 350.500,00 ☐
- d. Cr\$ 360.500,00 ☐

04. A Campanha de Material Escolar entregou à escola 1596 lãpis para distribuir com 133 alunos. Quantos lãpis recebeu cada um?

- a. 16 ☐

- b. 24 ☐
- c. 12 ☐
- d. 13 ☐
05. Para medir a superfície de uma sala de aula, qual seria a melhor unidade de medida?
- a. quilômetro quadrado ☐
- b. metro quadrado ☐
- c. centímetro quadrado ☐
- d. decímetro quadrado ☐
06. Uma torneira despeja num tanque 10 litros de água por minuto. Quantos litros despejará em 3 horas?
- a. 1.800 ☐
- b. 1.600 ☐
- c. 1.900 ☐
- d. 1.300 ☐
07. Vânia tem $\frac{2}{3}$ de um abacaxi, quantos sextos ela tem?
- a. $\frac{1}{6}$ ☐
- b. $\frac{2}{6}$ ☐
- c. $\frac{3}{6}$ ☐
- d. $\frac{4}{6}$ ☐
08. Cinco classes, da nossa escola, com 35 alunos cada, compraram a rifa de uma coleção de livros que será sorteada no fim do ano. Cada cartão da rifa custou Cr\$ 5,00 e todos os alunos compraram um. Quanto rendeu ao todo?.
- a. Cr\$ 835,00 ☐
- b. Cr\$ 865,00 ☐
- c. Cr\$ 875,00 ☐
- d. Cr\$ 845,00 ☐
09. Que fração de hora representam 15 minutos ?
- a. $\frac{1}{2}$ ☐
- b. $\frac{1}{3}$ ☐
- c. $\frac{1}{5}$ ☐
- d. $\frac{1}{4}$ ☐
10. Quantos metros correspondem à distância de 897 Kms?

- a. 8.970 ☐
- b. 89.700 ☐
- c. 897.000 ☐
- d. 8.970.000 ☐
11. Que conjunto de fração é equivalente a $1/2$?
- a. $3/6$, $4/8$ ☐
- b. $4/8$, $2/3$ ☐
- c. $5/10$, $2/6$ ☐
- d. $2/8$, $2/4$ ☐
12. Para cercar um terreno quadrado de 30 metros de lado, quantos metros de tela de arame precisarei comprar?
- a. 120 m ☐
- b. 1.200 m ☐
- c. 12.000 m ☐
- d. 120.000 m ☐
13. A Superfície de uma ilha é de 960 Km^2 e a sua população é de aproximadamente 3.000 habitantes. Qual a população por Km^2 ?
- a. 0,31 ☐
- b. 0,32 ☐
- c. 0,33 ☐
- d. 0,34 ☐
14. Um livro tem 366 páginas. Lúcia leu 150 páginas, Paula 160 e Ana $1/2$ do livro. Quem leu mais?
- a. Lúcia ☐
- b. Ana ☐
- c. Paula ☐
- d. Paula e Ana ☐
15. Em 8 toneladas de carne, há quantos quilogramas?
- a. 80 ☐
- b. 800 ☐
- c. 8.000 ☐
- d. 80.000 ☐
16. Sabendo-se que 3 Kg de um certo produto custam Cr\$ 60,00,

qual é o preço de 450 g deste produto?

- a. Cr\$ 9,00 ☐
- b. Cr\$ 8,00 ☐
- c. Cr\$ 6,00 ☐
- d. Cr\$ 7,00 ☐

17. De quantos dias é o ano para aplicação no comércio ou em outras atividades sociais?

- a. 365 ☐
- b. 363 ☐
- c. 366 ☐
- d. 360 ☐

18. Um triângulo que mede 8 m de cada lado é considerado?

- a. isósceles ☐
- b. obtusângulo ☐
- c. equilátero ☐
- d. escaleno ☐

19. De 40 questões de um teste, José acertou 75%. Quantas questões acertou?

- a. 30 ☐
- b. 20 ☐
- c. 10 ☐
- d. 25 ☐

20. A fração $\frac{1}{4}$ é equivalente a:

- a. 0,25 ☐
- b. 0,24 ☐
- c. 0,23 ☐
- d. 0,22 ☐

21. Uma girafa pesa 106 quilogramas. Um caminhão pesa 23 vezes mais que a girafa. Qual o peso do caminhão?

- a. 2.408 ☐
- b. 2.418 ☐
- c. 2.428 ☐
- d. 2.438 ☐

22. Uma comerciária cujo ordenado mensal é de Cr\$ 255,40 fa

tou 05 dias do mês. Quanto recebeu?

- a. Cr\$ 222,00 ☐
- b. Cr\$ 223,00 ☐
- c. Cr\$ 224,00 ☐
- d. Cr\$ 225,00 ☐

23. Numa classe de 25 alunos, 16 são meninos. Que fração representa o número de meninas da classe?

- a. $9/25$ ☐
- b. $8/25$ ☐
- c. $7/25$ ☐
- d. $6/25$ ☐

24. O pai de Carolina comprou uma casa por Cr\$ 150.000,00. Na entrada ele deu 25%. De quanto foi a entrada?

- a. Cr\$ 37,50 ☐
- b. Cr\$ 375,00 ☐
- c. Cr\$ 3.750,00 ☐
- d. Cr\$ 37.500,00 ☐

25. Quantos litros de gasolina comportará um latão de 5 dm^3 ?

- a. 4 litros ☐
- b. 5 litros ☐
- c. 6 litros ☐
- d. 3 litros ☐

26. Um comerciante comprou 300 garrafas de vinho por Cr\$ 1.800,00. Revendeu-as com lucro de Cr\$ 90,00. Se 30 dessas garrafas se quebraram no transporte, a como saiu cada garrafa?

- a. Cr\$ 8,00 ☐
- b. Cr\$ 7,00 ☐
- c. Cr\$ 6,00 ☐
- d. Cr\$ 5,00 ☐

27. Há três horas de diferença entre o Brasil e a Alemanha. O jogo do Brasil contra a Polônia iniciou lá ao meio dia. Que horas começou a ser assistido aqui?

- a. 14 hs ☐

- b. 15 hs ☐
- c. 16 hs ☐
- d. 17 hs ☐

28. Num terreno de 87,6 m de perímetro colocaram-se estacas na distância de 7,3 m uma da outra. Quantas estacas foram necessárias?

- a. 12 ☐
- b. 13 ☐
- c. 14 ☐
- d. 15 ☐

29. Pedro olhou o relógio e viu que sua aula de Matemática estava começando às 8 horas e 5 minutos. Foram 50 minutos de aula. Que hora terminou?

- a. 8.52' ☐
- b. 8.53' ☐
- c. 8.54' ☐
- d. 8.55' ☐

30. Numa pirâmide triangular sua face é uma região.

- a. retangular ☐
- b. triangular ☐
- c. losangular ☐
- d. quadrangular ☐

PROVA DE CIÊNCIAS

NOME DA ESCOLA :

NOME DO ALUNO :

Marque com um " X " a melhor resposta,
para cada questão.

01. Camada de ar que envolve a terra.

- a. atmosfera ☐
- b. litosfera ☐
- c. pirofera ☐
- d. hidrosfera ☐

02. O vento é o ar.

- a. quente ☐
- b. frio ☐
- c. em movimento ☐
- d. parado ☐

03. Por que sobem os balões juninos?

- a. são atraídos pelas nuvens ☐
- b. estão cheios de ar quente ☐
- c. neles o ar é mais pesado ☐
- d. são leves embora enormes ☐

04. A região mais aquecida pelo Sol chama-se:

- a. tropical ☐
- b. equatorial ☐
- c. polar ☐
- d. temperada ☐

05. Qual o aparelho usado para medir temperatura dos corpos?

- a. barômetro ☐
- b. hidrômetro ☐
- c. termômetro ☐

- d. pulviômetro ☐
06. Qual a fase da lua em que se encontra totalmente iluminada?
- a. nova ☐
- b. crescente ☐
- c. minguante ☐
- d. cheia ☐
07. Que água o homem utiliza para fornecer eletricidade?
- a. das cachoeiras ☐
- b. potável ☐
- c. de chuva ☐
- d. destilada ☐
08. Dos corpos abaixo, qual o bom condutor de eletricidade?
- a. vidro ☐
- b. metal ☐
- c. borracha ☐
- d. seda ☐
09. Para maior segurança no uso da eletricidade devemos:
- a. tocar em interruptores com as mãos molhadas ☐
- b. usar fios elétricos desencapados ☐
- c. desligar a chave ao trocarmos as lâmpadas ☐
- d. mexer em aparelhos elétricos quando estiverem ligados ☐
10. A bússola é um aparelho que serve de orientação ao:
- a. pedreiro na construção de uma parede ☐
- b. marinheiro em alto mar ☐
- c. engenheiro na medição de um terreno ☐
- d. médico na cirurgia ☐
11. Que substância é a mais importante para a vida?
- a. enxofre ☐
- b. oxigênio ☐
- c. azoto ☐

- d. gás carbônico ☐
12. Como deve ser o solo próprio para a cultura?
- a. cheio de arbustos ☐
- b. bastante úmido ☐
- c. adubado, arado e limpo ☐
- d. com restos da cultura anterior ☐
13. Chama-se horticultura:
- a. a criação das abelhas ☐
- b. o preparo dos tecidos ☐
- c. o cultivo dos legumes ☐
- d. a cultura da banana ☐
14. Que solo é mais conveniente para o desenvolvimento dos ve
getais.
- a. arenoso ☐
- b. calcário ☐
- c. argiloso ☐
- d. húmifero ☐
15. O que acontece com o solo quando o homem faz as queimadas?
- a. torna-se empobrecido ☐
- b. fica mais adubado ☐
- c. aumenta a fertilidade ☐
- d. produz mais ☐
16. Nosso organismo só utiliza alimentos:
- a. de origem vegetal ☐
- b. líquidos ☐
- c. bem dissolvidos ☐
- d. sólidos ☐
17. Que órgão do aparelho digestivo distribui alimentos para
todas as células do corpo?
- a. boca ☐
- b. faringe ☐
- c. intestino ☐
- d. estômago. ☐
18. Dos alimentos abaixo qual o que nos dá mais vitaminas?

- a. carne ☐
- b. verdura ☐
- c. pão ☐
- d. açúcar ☐
19. O sal e a água são alimentos de origem?
- a. animal ☐
- b. mineral ☐
- c. orgânica ☐
- d. vegetal ☐
20. Destes alimentos qual fornece mais calor e energia ao organismo?
- a. gordura ☐
- b. verdura ☐
- c. fruta ☐
- d. carne ☐
21. A contaminação pela pele pode dar-se quando.
- a. bebemos água não potável ☐
- b. andamos descalços em solo contaminado ☐
- c. comemos verduras não lavadas ☐
- d. comemos alimentos crus ☐
22. Dos animais abaixo quais os mais nocivos ao homem?
- a. lombrigas, bicho-da-seda, ratos ☐
- b. cavalo, gafanhotos, formigas ☐
- c. piolhos, ratos, gafanhotos ☐
- d. formigas, bicho-da-seda, ratos ☐
23. Os vermes são invertebrados que tem o corpo:
- a. mole, formado de anéis e não têm membros ☐
- b. coberto de agulhas calcárias ☐
- c. formado de anéis, e possuem membros ☐
- d. mole e vivem dentro de conchas ☐
24. Que alimento devemos tomar em pequena quantidade?
- a. vinho ☐

- b. leite ☐
- c. água ☐
- d. chá ☐
25. O que é necessário para que a circulação se faça livremente no organismo?
- a. colocar ligar apertadas ☐
- b. apertar bem os cintos ☐
- c. usar roupas largas ☐
- d. usar pulseiras apertadas ☐
26. Assinale o alimento que não é de origem vegetal.
- a. açúcar ☐
- b. café ☐
- c. leite ☐
- d. pão. ☐
27. A árvore é importante à saúde do homem por que?
- a. purifica o ar ☐
- b. enfeita os jardins ☐
- c. pode ser industrializada ☐
- d. conserva o solo ☐
28. A descoberta das máquinas permitiu aos homens:
- a. fazer mais esforço ☐
- b. trabalhar mais ☐
- c. cansar-se muito ☐
- d. produzir mais rápido ☐
29. Se fizermos um catavento de papel e colocarmos perto da chaleira, quando a água começar a ferver, o que acontece com ele?
- a. fica parado ☐
- b. começa a rodar ☐
- c. molha todo ☐
- d. não acontece nada ☐
30. Qual a principal matéria-prima usada na produção da gasolina.
- a. petróleo. ☐

- b. raios solares
- c. cana de açúcar
- d. água.

☐
☐
☐

A N E X O - C

Esquema de Currículo

ESTUDOS SOCIAIS

OBJETIVOS	ESQUEMA DE CONTEÚDO
. Localizar o Estado do Maranhão no Mapa.	. Nome Maranhão, População. Configuração. Localização. Limites. Superfície. País.
. Conhecer a forma de governo.	. Governo. Autoridades locais e suas atribuições. Situação político-administrativa. Sede do governo e Municípios. Serviços remunerados e sua importância. Importação e Exportação. Meios de transporte e comunicação.
. Valorizar os vultos que enalteceram a história do Maranhão.	. A cultura do povo. Formação do povo. Comemorações cívicas, religiosas e folclóricas. Símbolos do Estado.
. Localizar as principais cidades e acidentes geográficos do Maranhão.	. Aspecto físico. Clima. Temperatura. Estações chuvosa e seca. Acidentes geográficos. Produção dos Municípios.

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

OBJETIVOS	ESQUEMA DE CONTEÚDO
. Demonstrar riqueza de voca <u>bulário</u> .	. Leitura de texto e poesia. Interpretação de fatos. Signi <u>f</u> icado das palavras. Antôni <u>m</u> os, coletivos, homônimos, pa <u>r</u> rônimos.
. Expressar-se com <u>clareza</u> e compreensão sem <u>empregar</u> gírias.	. Emprego correto de pronome <u>s</u> . Saber fazer concorda <u>n</u> cia. Organizar orações. Usos de pontuação.
. Ter consciência da necessi <u>d</u> ade de escrever corretamen <u>t</u> e.	. Ortografia. Síbalas. Pala <u>v</u> ras derivadas e compostas. Su <u>f</u> ixo, Prefixo. Palavras com acentuação tônica.
. Dominar os aspectos grama <u>t</u> icais aprendidos nas séries anteriores.	. Aspectos gramaticais das sé <u>r</u> ies anteriores. Emprego cor <u>r</u> reto dos acentos gráficos. Re <u>e</u> struturação de períodos. Ora <u>ç</u> ão. Adjunto adnominal, adver <u>b</u> ial.

CIENCIAS

OBJETIVOS	ESQUEMA DE CONTÊÚDO
. Reconhecer a utilidade dos alimentos para o nosso organismo.	. Funcionamento do organismo. Os alimentos, quantidade, qualidade e cuidados. Origem dos alimentos.
. Identificar na Terra camadas, movimentos e a existência do ar atmosférico.	. Terra e Céu. Camada atmosférica, Movimento da Terra.Sol; camadas e centro do sistema solar. Influência do Sol sobre a Terra. Distância da Terra. Constelação. Lua - fases e influência sobre a Terra. Eclipses do Sol e da Lua.
. Reconhecer a Ciência como fator de progresso.	. A Ciência a serviço do homem. Eletricidade: produzida pela atmosfera, queda d'água . Bons e maus condutores de eletricidades no lar - regras de segurança.Som: produção, propagação, características, reflexão. Aparelhos que transmitem o som.Calor como fonte de energia. Efeitos do calor. Regras de precaução contra a combustão.Luz: artificial e natural.Decomposição da luz solar, arco-íris.

MATEMÁTICA

OBJETIVOS	ESQUEMA DE CONTEÚDO
. Escrever conjuntos demonstrando as relações existentes entre os mesmos.	. Conjuntos. Relações entre conjuntos. Pertinência. Inclusão. Igualdade. Equivalência. Conjunto quanto ao número de elementos. Operações com conjuntos. União. Intersecção.
. Resolver problemas que envolvem multiplicação e divisão com mais de três algarismos.	. Propriedades. Operação com dois e três algarismos. Divisão inexata. Divisibilidade. Múltiplos e divisores.
. Escrever, identificar, comparar, operar com frações ordinárias e decimais.	. Fração. Classificação. Conceito de avos, centésimos. Equivalência de frações. As quatro operações com frações próprias, impróprias e mista. Transformação de um número decimal em fração decimal. Operação com decimais.
. Identificar as unidades de medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade e massa.	. Unidades de Medidas. Múltiplos, submúltiplos. Problemas que envolvam dinheiro. Perímetro. Geometria: Linhas, ângulos e circunferência.

SUMMARY

In 1974, research was done in the State of Maranhão, among fourth grade students of the Public Elementary School in the town of Imperatriz and the students of the same grade in the town of Carolina.

The aim of this research was to verify the total achievement of the students of Imperatriz, where the State Public School System received a special technical assistance process and compare it with the students of Carolina. This was done by way of Language, Social Studies, Science and Mathematics test.

The number of Students studied totaled 132; 98 from Imperatriz and 44 from Carolina.

To compare the results as some important aspects, intelligence test and questionnaires relating to the socio-economic and school life condition were given to the students.

After evaluating the results of this research, it was possible to conclude that there exist a similarity of achievement between the two groups of students studied, in spite of the statistical difference between them.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Publicações avulsas

1.1. Livros e folhetos

ALMEIDA, Antônio Luis Mendes de. Reforma do ensino a hora crítica da educação, Rio de Janeiro, Editora Americana, 1974.

ESTADO DO MARANHÃO. Diagnóstico Institucional das Prefeituras dos Municípios da Região de Imperatriz. ETAM, São Luís, 1974.

_____. Plano de Governo 1971/1974, volume II

_____. Plano Estadual de Educação, 1971/1974

_____. Secretaria de Educação, Assessoria de Programação e Orçamento. Projeto de Assistência Técnica, 1971.

GANDIM, Danilo. Amparo técnico e financeiro do poder público à escola particular, Belo Horizonte, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Primário e Comercial, 1973.

HAGEN, E.E. - A. General Framework for Analysing Economic and Political Change, The Brooking Institution, agosto, 1971.

IPEI. Informações básicas sobre o Município de Carolina. São Luís, 1973.

_____. Informações básicas sobre o Município de Imperatriz, São Luís, s.d.

KERLINGER, Fred N. Foundations of Behavioral Research. New York, Rinehart and Winston, Inc, 1964.

LEAL, Mário de Aguiar Pires. Novo Zoneamento do Estado do Maranhão. SUDEMA, São Luís, 1972.

MEC/DEF, Assistência Técnica e Cooperação Financeira. Sistemática Operacional. Brasília, maio, 1971

PINHEIRO, Lúcia Marques. Melhorias do rendimento do ensino no primeiro ano primário. Rio de Janeiro, INEP-ADM, 1971.

PEREIRA, Luiz. Rendimento e deficiência do ensino primário brasileiro. São Paulo, Pioneira Editora, 1971.

SPIEGEL, Murray R. Estatística. Rio de Janeiro, Editora McGraw-Hill do Brasil, 1972.

2. Periódicos

AHAMMER, Inge M. & SCHAE, K. Warner. Age differences in the relationship between personality questionnaire factors and school Achievement. Journal of Educational Psychology. Washington, D.C. 61(3): 193-97, june 1970.

ALVES, Dany José. A orientação educativa e o controle do rendimento escolar. Curriculum. Rio de Janeiro, 7(15):26-42, set. 1968.

ARROIO DEL CASTILLO, Victorino. Valoración del rendimiento escolar en el estudio del medio ambiente. Vida Escolar. Madrid, 11(106/7):50-4, fev/mar. 1969.

BARTON, K. et alii. Personality and IQ measures as predictors of scholl achievement. Jornal of Educational Psychology. Washington, 63(4):398-404 aug. 1973.

BENEDET, Maria Jesus. Aspectos cualitativos de los procesos intelectuales en los niños normal o superiormente dotados que fracasan en el colegio. Revista de Psicología General Y Aplicada. Madrid, 28(120/1):41669, ene/abr, 1973.

CAUDURO, Maria Luzel de Oliveira et alii. Reprovação escolar; estudo da variação do rendimento escolar e possíveis fatores sócio-econômicos que o influenciaram. Caderno da PUC, Rio de Janeiro, 73(4):1-5, mar, 1971.

CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS - Setor Educação. Sistema Nacional de Pesquisas Educacionais. Subsídios para Formulação de Política e Programa, abr, 1976.

O CORREIO DA UNESCO. Rio de Janeiro, 4(5):4, mai, 1976.

FINLAYSON, Douglas S. Parental aspirations and the educational achievement of children. Educational Research, London, 14(1):61-4, nov. 1971.

HASEMANN, Klaus. Problemas psicológicos de la valoración del rendimiento escolar. Revista de Psicología General Y Aplicada. Madrid, 26(108/9):3.27, ene/abr, 1971.

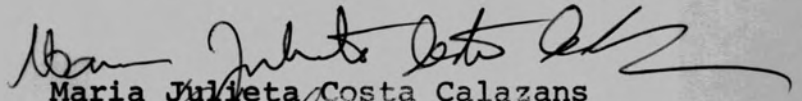
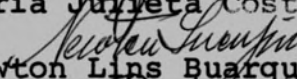
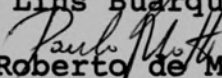
JUST, G. Biopsicología del rendimiento. Revista de Psicología General Y Aplicada, Madrid, 26(108/9):3-27, ene/abr, 1971.

LENHARD, Rudolf Monteiro, Maria Terezinha de Lima. O ambiente doméstico e o aproveitamento na escola primária. Revista do Curso de Pedagogia, São José do Rio Preto, SP (4):63-9, 1958.

- LEITH, G.O.M. & DAVIS, T.H. age changes in the relationship between neuroticism and achievement. Research in Education, Manchester, (8):61-70, nov 1972.
- _____. The influence of social reinforcement on achievement. Educational Research. Sussex, 11 (2):132-7, feb, 1969.
- MATHIEU, F.J. de l'influence du caractere sur le rendement scolaire. La Nouvelle Revue Pedagogique, Malone, 25(1):30-6, set. 1969.
- MEC/DEM/COPED - Relatório do I Círculo de Estudos de Orientação Educacional.
- MESSER, Stanley. The effect of anxiety over intellectual performance on reflection - impulsivity in children. Child Development, Chicago, 111. 41(3): 723-35, set. 1970.
- MILLER, Gordon W. Factors in school achievement and social classe. Journal of Educational Psychology, Washington, D.C., 61(6):487-90, ang. 1970.
- MONTESINOS, Francisco J. Carrilo & COELHO, Maria Salete Machado. Informe Técnico nº 29. Bases Operativas para Redefinição do INEP, Rio de Janeiro, mai, 1978.
- POPPOVIC, Ana Maria. Fatores ambientais, classe social e realizações cultural. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (6):25-30, dez. 1972.
- ROHWER JR, William D. Learning, race and school sucess. Review of Educational Research. Washington, D.C. 41(3):191-210, june, 1971.
- SILVA, Ataíde Ribeiro de. Queda de rendimento escolar e desinteresse pelos estudos. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica. Rio de Janeiro, 20(2):99-106, jun, 1968.

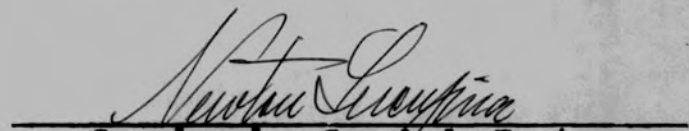
WILLADINO, Gildo. Contribuições aos estudos sobre rendimento escolar no ensino de 1º grau. Brasília, DEF - Codeplan, 1977.

Tese apresentada aos Srs.:

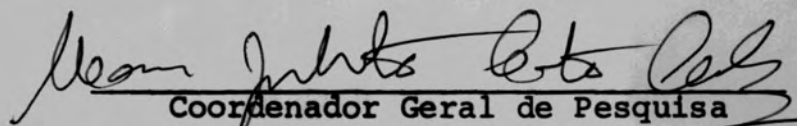

Maria Julieta Costa Calazans

Newton Lins Buarque Sucupira

Paulo Roberto de Mendonça Motta

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, ____/____/____



Coordenador Geral de Ensino



Coordenador Geral de Pesquisa